

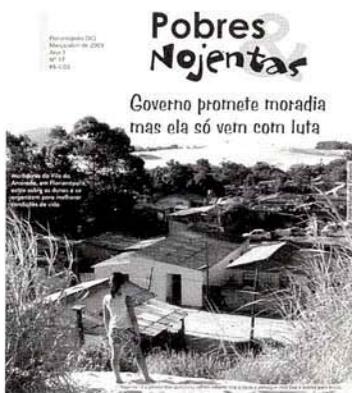
Florianópolis (SC)
Março/abril de 2009
Ano 3
Nº 17
R\$ 4,00

Pobres & Nojentas

Governo promete moradia, mas ela só vem com luta

Moradores da Vila do
Arvoredo, em Florianópolis,
estão sobre as dunas e se
organizam para melhorar
as condições de vida

Foto: Marcela Cornelli



CaPa

04 A luta por pão, terra e moradia

- 12** Hilda Hilst para sempre
- 14** Mulheres
- 16** O exército de pinus
- 22** Como encontrar saci no sertão paulista

Seções

- 03** Editorial
As palavras nos encontram
- 21** Crônica
Meu lado mulher e o seu marido
- 25** As delícias de Su&Li
- 26** Tempo Livre
- 27** Poesia
Vem mulher

Para assinar Pobres & Nojentas

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7
 - Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)



5 edições ao ano
(bimestral): R\$ 25,00
(inclui as despesas
com o Correio)



Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição.

Colaboraram nesta edição:

- Camila Bion de Assis
- Celso Vicenzi
- Celso Perotto
- Elaine Tavares
- Fernando Karl
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Rosângela Bion de Assis
- Raul Fitipaldi
- Ricardo Machado
- Sandra Werle
- Viegas Fernandes da Costa

Edição

Elaine Tavares
(MTB/SC 00501-SC)

Endereço eletrônico:
eteia@gmx.net

Projeto gráfico, Editoração
e Tratamento de imagens
Rosângela Bion de Assis
(MTB/SC 00390-SC)
Sandra Werle
(MTB/SC 00515-SC)

Artes da *Pobrecita*

- Silva
- Eduardo Schmitz

Apoio Cultural

• Sindprevs/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina)
www.sindprevs-sc.org.br



Florianópolis/Santa Catarina

As palavras nos encontram

A editora de *Pobres & Nojentas*, Elaine Tavares, em março recebeu uma mensagem eletrônica que reforça a crença dos que escrevem na revista: as palavras caminham. Uma leitora de São José, município vizinho de Florianópolis, contou que voltava do trabalho num ônibus lotado quando viu dois exemplares da revista amassados no cantinho de um banco. Ao folhear a revista, um exemplar da edição 16, encontrou o texto sobre a visita de Elaine ao túmulo de Maria do Carmo, em São Borja, RS. Diz a leitora: "Fiquei muito surpresa que depois de tanto tempo, da distância e da diferença entre

culturas, alguém também conheceu o que pra mim estava lá no fundo da memória".

No dia em que a leitora encontrou a *Pobres*, Elaine havia distribuído exemplares no Terminal Central de ônibus da Capital enquanto participava de um protesto contra o aumento das tarifas. Dois foram deixados para trás e encontraram a leitora de São José.

Com esta edição, esperamos que duas reportagens, uma assinada por Elaine e outra por Marcela Cornelli, encontrem os leitores. Os textos falam sobre o triste reinado do pinus em Santa Catarina e a medíocre política habitacional, que trans-

forma o direito humano à moradia em bem de capital.

Com esta edição são mais 500 exemplares da *P&N* que voam, plantam dúvidas, suavizam canções, inquietam os confortados. Num mundo

carregado de informação, a nossa menina tece um fio de rico silêncio, um fio de pensada desordem. O discurso caminha... Que chegue o dia em que as palavras de que precisamos nos encontrem! E aí, o que será?

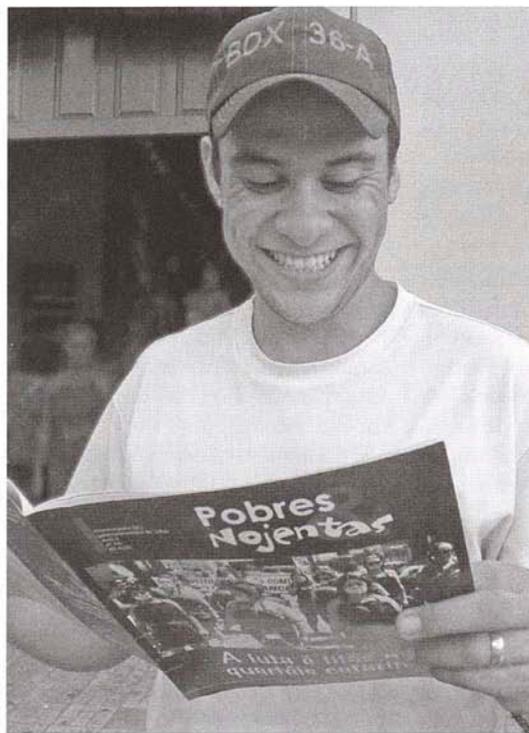


Foto: Elaine Tavares

Rômulo dos Santos, trabalhador no Mercado Público de Florianópolis, lê *Pobres & Nojentas*

Agora a *Pobres & Nojentas* tem Boletim Eletrônico:

Cadastre seu e-mail em revistapobresenojentas@gmail.com para receber o resumo das notícias, reportagens, crônicas e artigos, além da agenda do movimento sindical e popular.

No You Tube:

<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>

Blog da revista

<http://pobresenojentas.blogspot.com>

Blog da revista teórica (comunicação e jornalismo)

<http://revistapobresenojentas.wordpress.com>

Foi em 1965 que Apolônia Alves Mendes, hoje com 79 anos e conhecida como “vó Apolônia” na comunidade da Panaia, chegou a Florianópolis acompanhada do marido e dos filhos. Descendente de índios da região de Alfredo Wagner, onde vivia, Apolônia trouxe a família para a Capital na carroceria de um caminhão. Ao chegar, a família não tinha dinheiro e foi a pé do Centro até o bairro Carianos, no Sul da Ilha, próximo ao Aeroporto, onde até hoje está localizada a comunidade iniciada por ela.

O irmão de Apolônia, Joviano Alves de Lima, havia chegado dois anos antes e foi o primeiro morador do local. Apolônia e seu marido instalaram a família num casarão da companhia aérea norte-americana Pan Air do Brasil S.A. – que originou o nome da comunidade. “Nós moramos lá na Panaia”, diziam os primeiros moradores. E assim ficou sendo chamado o local. Na época, a companhia havia falido e o terreno já pertencia à União. O lugar estava vazio e abandonado e serviu de abrigo para a família. Vó Apolônia entrou no antigo casarão de cabeça erguida e determinada a construir ali uma nova vida.

Foi uma luta que tem relação estreita com a política habitacional do país. E quem a fez sabe: não é somente o pacote habitacional do governo federal, chamado “Minha casa. Minha Vida”, que vai concretizar o sonho de milhões de brasileiros e pôr fim a uma das mais fortes lutas do movimento social, que é a de moradia digna para todos. Lançado no dia 25 de março, o programa liberou R\$ 34 bilhões para construção de 1 milhão de casas e visa, segundo o governo, dar condições à camada mais po-

bre da sociedade para a aquisição da casa própria.

Tantos cifrões significaram pouco para vó Apolônia. Do casarão ela só saiu 40 anos depois, quando a Prefeitura construiu seis casas populares para a comunidade. A primeira a ser erguida foi a dela. “Os primeiros anos na Capital foram difíceis, passamos fome. Várias vezes enfrentei os policiais e os comandantes da força aérea que queriam me tirar daqui. Um deles disse que queria esta terra. E eu disse: eu também quero esta terra. E agora? Eu não vou jogar meus filhos na rua, na estrada, outra vez. Nunca saí do casarão, meu marido faleceu e eu permaneci ali”. Os filhos de dona Apolônia cresceram, casaram e as famílias foram ocupando as terras ao redor do casarão.

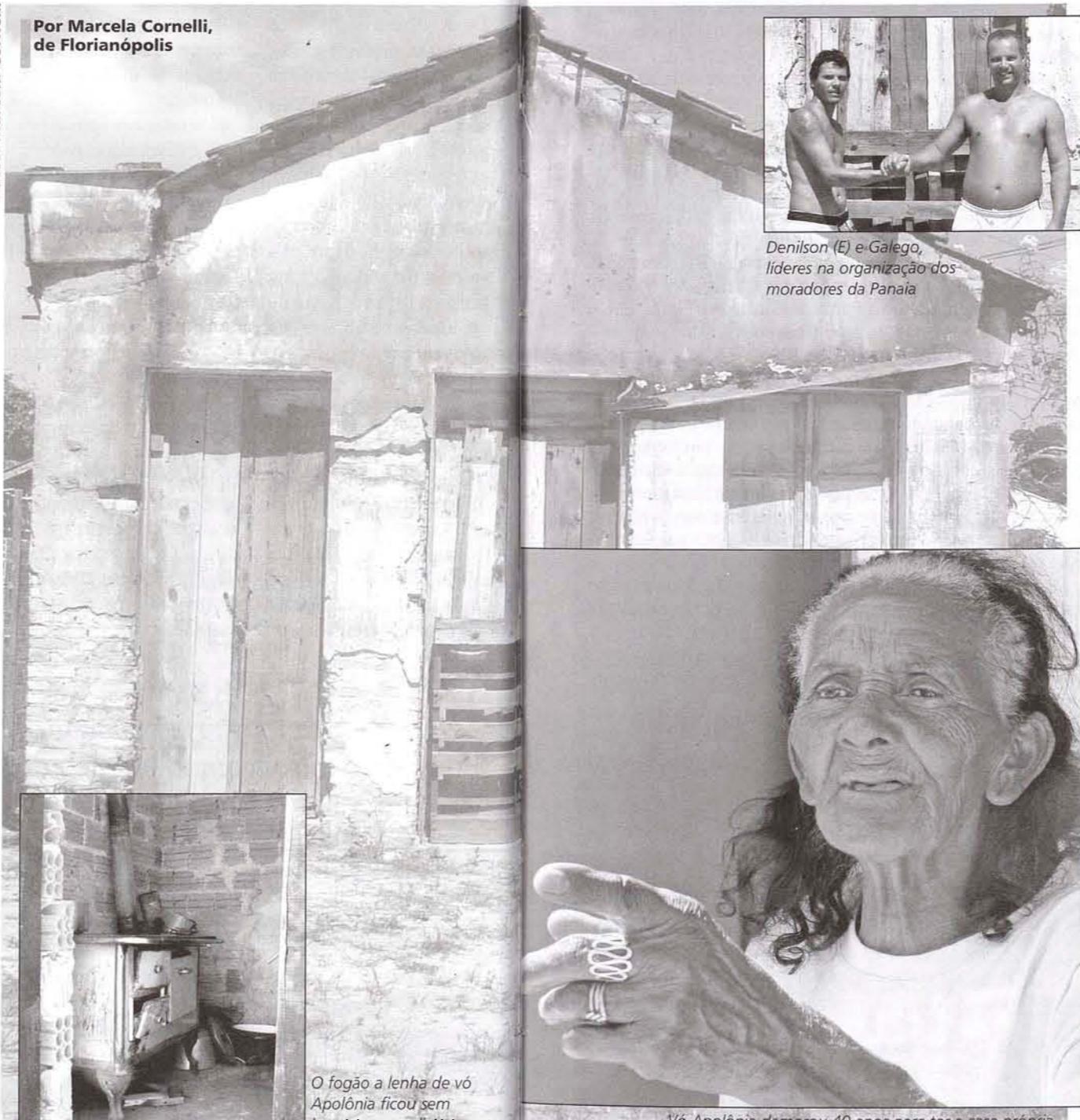
Hoje, 29 famílias vivem na comunidade, na sua maioria parentes e descendentes de Apolônia. Muitos enfrentamentos foram vividos no chão que esta mulher escolheu para viver. “Em 1978 a aeronáutica quis nos despejar, nos ofereceram um terreno bem menor no Ribeirão da Ilha. Não tínhamos como aceitar”, diz Avelino Mendes da Silva, o Galego, uma das lideranças mais importantes da Panaia e neto de Apolônia. Galego veio com a avó e, quando o casarão foi ocupado, tinha apenas um ano de vida. Ele tem os olhos azuis de avô, de origem alemã, e nas veias o sangue guerreiro dos antepassados da avó.

Em 1988 novamente a aeronáutica esteve na comunidade com ameaças de despejo. Em 2000 a União firmou um acordo com a Prefeitura para regularizar a situação dos moradores. Mas foi em 2001 que ocorreu um dos maiores embates na comunidade. “Um oficial de justiça chegou

A luta por pão, terra e moradia

Por **Marcela Cornelli**, de Florianópolis

Fotos: **Marcela Cornelli**



Denilson (E) e Galego, líderes na organização dos moradores da Panaia

O fogão a lenha de vó Apolônia ficou sem

Vó Apolônia aguardou 40 anos para ter a casa própria

com a ordem de despejo. Fomos informados de que primeiro deveríamos sair e depois receberíamos as indenizações. Nós resistimos. Principalmente com a ajuda dos amigos da Panaia. Devemos muito à Júlia Souza, do Sinergia (Sindicato dos Eletricários), e ao falecido Mitico (Milton Pereira Monguilhott) do Sindpd (Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados)”, lembra Galego.

Ainda em 2001, com ajuda dos amigos da Panaia, como ficou conhecido um grupo formado por sindicalistas e militantes dos movimentos sociais de Florianópolis, a comunidade conseguiu forçar a realização da primeira audiência pública para tratar da situação dos moradores. “O governador Esperidião Amin e a prefeita Ângela Amin não compareceram. Eles enviaram representantes. A audiência foi importante, mas não avançou na resolução dos nossos problemas”, relata Galego.

O líder comunitário lembra que, na época, a prefeita Ângela Amin estava prestes a inaugurar o elevado Dias Velho, no Centro da Cidade, próximo ao terminal Rita Maria, e Dom Eusébio Scheid, então arcebispo de Florianópolis, teria dito que não iria abençoar a obra, como era da vontade da Prefeita, se ela não recebesse a comunidade. Não se sabe ao certo as razões, mas o fato é que a pressão da Igreja funcionou e a Prefeita recebeu a comunidade. Da audiência com Ângela Amin resultou um acordo para a urbanização da Panaia.

Muitas promessas

Os moradores apresentaram uma proposta elaborada com a ajuda de estudantes de arquitetura da UFSC (Universidade

Federal de Santa Catarina) e do professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade, Lino Peres. No entanto, o projeto, aprovado em várias assembléias da comunidade, não foi colocado em prática. Dos 19 mil metros quadrados, 8 mil foram ocupados pelas casas dos moradores e a Prefeitura tomou os 11 mil restantes. Em troca, construiu uma creche e um posto de saúde, iniciativas que os moradores reconhecem como boas, mas as demais promessas, como a construção de um parque para as crianças, um campo de futebol e a sede da associação dos moradores, ainda não foram cumpridas.

Além disso, pelo projeto de urbanização da comunidade defendido pelos moradores, a área a ser usada pela Prefeitura seria três vezes menor. Novamente, com muita luta, os moradores conseguiram negociar a redução da área e preservar um terreno comunitário contíguo ao da Prefeitura. O AMA (Ateliê Modelo de Arquitetura) da UFSC, sob a orientação do professor Lino, desenvolveu o projeto de urbanização no terreno onde se localiza a maioria das casas atuais. A Prefeitura acabou aceitando e incorporando a proposta da equipe da UFSC, que serviu de base para a construção das vias de acesso, rede de infra-estrutura e de seis casas, com financiamento da Prefeitura e da Caixa Econômica Federal. A comunidade vem pleiteando agora a construção das outras casas, sendo que a luta também é para que o projeto das casas restantes seja discutido com as famílias.

“A luta aqui é constante, nunca pára”, diz Denilson Timmers, morador e também líder comunitário da Panaia. Denilson, que é casado e tem duas filhas,

O tempo e o vento

O tempo e o vento, que fazem a parede de dunas avançar sobre as casas, preocupam os moradores da Vila do Arvoredo ou Favela do Siri, no bairro dos Ingleses, em Florianópolis. Mas a luta maior não é contra a natureza, e sim contra dois outros inimigos dos moradores da Vila: o descaso do poder público e a discriminação da sociedade. Da luta por moradia digna os trabalhadores e trabalhadoras que vivem na Vila entendem bem. Para eles, mais que aquecer o mercado, moradia digna para todos é o sonho de uma vida inteira.

A comunidade da Vila do Arvoredo começou a se formar em 1984. Naquela época chegaram os primeiros moradores, a maioria vinda do interior do Estado, que compraram terrenos loteados por um vendedor do local. A comunidade sabe que está num local inapropriado, uma APP (Área de Preservação Permanente) que cresceu e se expandiu em cima de um aquífero. Mas não é diferente de outros empreendimentos construídos nos Ingleses e na Ilha de Santa Catarina em geral, que também estão sobre APPs, como o “vizinho” da Vila do Arvoredo, o chique Costão Golf.

Ao contrário da grande parte da Praia dos Ingleses, que é ocupada por residências, pontos comerciais, hotéis e restaurantes, a comunidade é formada por casas simples, algumas de alvenaria, outras de madeira e telhado de brasillite. O asfalto nunca chegou ali, o lixò se acumula, não há saneamento básico, nem água encanada e as instalações de energia elétrica são precárias.

Só a luta dos moradores fez com que a Prefeitura desse a devida atenção aos problemas de moradia. “Somos uma comunidade carente, sim, mas não uma comunidade miserável, como a mídia gosta de expor. Temos tráfico, sim, como tem em todas as comunidades de Florianópolis, pobres ou ricas. Mas também temos aqui trabalhadores que diariamente saem às 4 da manhã para o trabalho, para trazer o pão de cada dia para seus filhos. Temos jovens que estudam e lutam por uma melhor qualidade de

vida sua e de suas famílias. Temos idosos que, na grande maioria, não se acomodam por terem uma aposentadoria e vão à procura de alguma coisa, seja cuidar dos seus cavalos, trabalhar com artesanato, e buscam o resgate de sua autonomia, que de muitos é arrancada. Temos nossas crianças, que têm o sonho de uma vida melhor, que buscam em suas brincadeiras o que a maioria não tem: roupas bonitas, um brinquedo bom ou uma festa de aniversário que nunca tiveram”, desaba a presidente da Associação dos moradores, Glauceli Carvalho Santos Branco, a Galega, em depoimento ao jornal da comunidade, “Pra Frente Siri”.

Vanusa Araújo da Silva, 34 anos, veio à Capital buscar mais recursos para fazer um tratamento de saúde pelo SUS. Sua família já morava na Vila do Arvoredo. Ela então resolveu ficar com os pais na comunidade. Hoje Vanusa participa da Associação de Moradores e está junto com Galega à frente da luta. “A Prefeitura tentou duas vezes nos tirar daqui e ofereceu terrenos no Rio Vermelho e na Vargem Grande, mas a população em torno desses terrenos fez abaixo-assinados contra a nossa remoção, o que demonstra o preconceito que se tem com os moradores da Vila. O poder público não se manifestou e nada fez para acabar com este tipo de preconceito. A Prefeitura então nos ofereceu um terreno nos Ingleses. O terreno é da Casan e já foi doado para a Vila do Arvoredo. No terreno serão construídos prédios com apartamentos para as famílias. Vamos pagar por estas casas e não ganhar de graça, por isso também gostaríamos de ser ouvidos na discussão do projeto”, diz Vanusa.

Os moradores da Vila também reclamam que a indenização oferecida pela Prefeitura é de cerca de R\$ 3 mil por família, valor irrisório, que não dá para comprar uma casa em outro lugar. Hoje vivem na comunidade 165 famílias. Uma audiência pública para discutir a situação da Vila do Arvoredo está marcada para o dia 21 de maio.



Da esquerda para a direita, Eva, Lenir, Clenir e Vanusa, mulheres à frente da luta por moradia digna na Vila do Arvoredo. Ao lado, as dunas ameaçam engolir as casas da Vila

conta que ainda não conseguiu a casa própria e vive na mesma casa com a irmã de sua mulher. "Trabalho em dois lugares para sustentar minha família. Você acha que se eu chegar na Caixa Econômica com o meu contracheque de R\$ 300,00, vou ter crédito para comprar uma casa?", pergunta Denilson. "Os projetos de moradia popular são importantes, mas se as reais necessidades da comunidade não forem levadas em conta, os problemas vão continuar, como aqui na Panaia."

As seis casas construídas pela Prefeitura só aliviaram a situação de poucas famílias. A grande maioria segue sem casa própria. "Vivo em situação precária aqui, minha casa está caindo. Meus dois filhos construíram outros dois puxadinhos de madeira atrás da minha casa, também bem precários", conta Julieta Laura Mendes, nora de vó Apolônia e que vive há 30 anos na Panaia.

Vó Apolônia diz que muita coisa melhorou desde a sua chegada em Florianópolis, mas a casa nova é pequena, falta ainda colocar o piso. O fogão a lenha, que a acompanhou por toda uma vida, onde ela fazia a escassa comida para alimentar os filhos, ficou de fora desta nova etapa de sua vida. "Do que mais sinto saudades é do meu fogão a lenha. Na casa nova não teve espaço pra ele".

A conquista da água, luz, ruas calçadas, do posto de saúde e da creche, as seis novas casas, tudo deixou marcas no rosto de Apolônia, e não vieram de graça. Foi a organização popular e a luta que fizeram a vida avançar na Panaia, mostrando que não há pacotes milagrosos do governo que resolvam o problema de moradia.

Os bravos da Beira-mar

Não é só vó Apolônia que reclama do tamanho da nova casa. Outras comunidades se vêem obrigadas a aceitar as condições impostas pelos projetos habitacionais do governo e reclamam do tamanho das novas moradias, que não atendem a real necessidade das famílias. Os projetos alternativos, construídos com o apoio de especialistas que encampam as causas sociais e a luta por moradia, são descartados na maioria das vezes. No entanto, a organização e a luta popular podem mudar esta realidade.

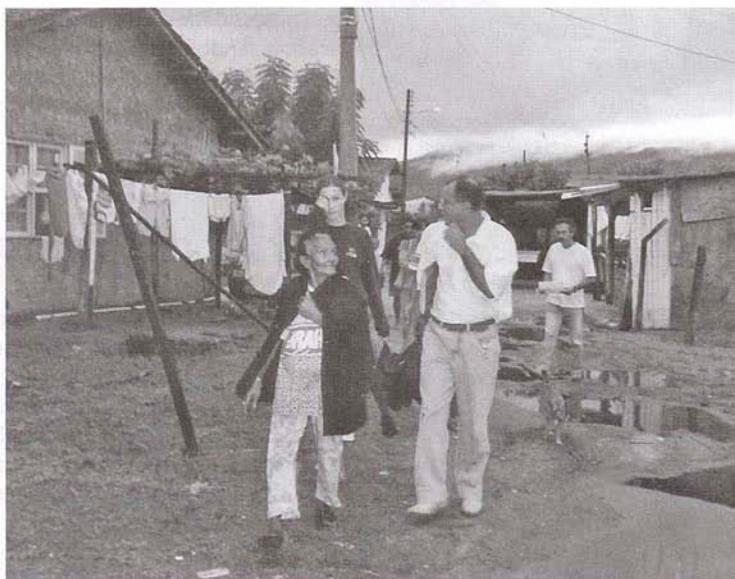
É o que está acontecendo na comunidade da Ponta do Leal, no bairro Estreito, em Florianópolis. A revista *Pobres & Nojentas*, na edição nº 9, que trazia na capa a manchete "A Beira-mar Continental vai engolir vocês", contou a história de resistência dos moradores da Ponta do Leal por moradia digna. Era outubro de 2007. De lá pra cá a luta avançou. Para concretizar mais uma obra "empreendedora" na cidade, a Beira-mar Continental, a Prefeitura resolveu tirar da Ponta do Leal uma comunidade formada por 75 famílias que vivem ali desde 1963. Mas elas não cruzaram os braços diante do desafio de enfrentar o poder público.

Uma das reivindicações dos moradores da Ponta do Leal foi aumentar o tamanho dos apartamentos no projeto que a Prefeitura apresentou. Eram apenas 36 metros quadrados para acomodar as famílias, sendo que há famílias de até 12 pessoas morando hoje em um espaço de 116 metros quadrados.

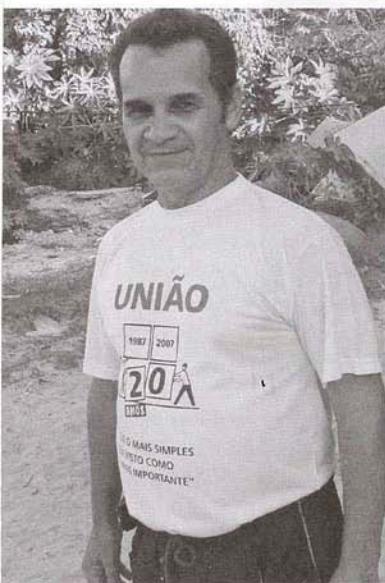
O que mais chama a atenção é que uma família de seis pessoas, segundo o programa apresenta-



Fotos: Júlia Souza



As ruas da Panaia no início da ocupação. Acima, professor Lino Peres e estudantes da UFSC discutem com a comunidade projeto habitacional. Abaixo, vó Apolônia e Lino



Modesto: *um dia, um bilhete: "você quer água e luz no seu barraco?"*



Gão, líder comunitário na Ponta do Leal onde moradores fizeram valer seus direitos

um apartamento de 36 metros quadrados. "A questão é: como você vai colocar mãe e pai em um quarto, dois irmãos e duas irmãs no outro quarto? Porque o projeto é de dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro, dando um total de 36 metros quadrados de área de uso. E onde fica o direito à privacidade da menina e do menino?", questiona Luiz de Oliveira, o Gão, líder comunitário e presidente da Associação dos Moradores da Ponta do Leal.

A comunidade reivindicou que os apartamentos fossem de 72 metros quadrados. Depois de muito impasse, as famílias abriram mão do projeto de arquitetura e do terreno apresentado pela Prefeitura - terreno este que seria dividido em duas partes, uma no bairro Coloninha e outra no Lar Fabiano de Cristo, no bairro Monte Cristo.

A comunidade também apresentou o projeto elaborado pelo professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, Lino Peres, construído dentro da real necessidade das famílias, que acabou sendo aceito pelo Ministério Público Federal. A discussão de um novo terreno - este que é da União e fica ao lado da própria comunidade - agora está sendo

feita também no Ministério Público. Parte do terreno hoje é usada pela associação de servidores da Casan (Companhia Catarinense de Água e Saneamento).

Gão diz que a luta da comunidade é para ter uma moradia digna de um ser humano. "Se não fosse a nossa resistência, união, respeito e também o apoio do Ministério Público Federal, teríamos que ter engolido a proposta da Prefeitura. Moradia digna não é transferir as famílias para onde a sociedade não possa vê-las e construir casas e apartamentos que não comportam a necessidade dos moradores. Temos que rediscutir o verdadeiro valor e respeito que os governantes dão aos cidadãos, que somos nós, nós é que movemos este país. Nós temos o direito de escolher um bom lugar para viver o resto de nossas vidas com nossos filhos, nossas famílias", desabafa.

Modesto, mas não na luta

Aos 6 anos ele chegou a São Paulo com a família, o pai e os quatro irmãos, vindo da cidade de Santa Rita de Cássia, oeste da

Bahia. Terra árida, onde a chuva escassa quase não caía entre os meses de maio a outubro. O pai estocava a colheita de arroz, plantado para a subsistência da família num pedacinho de chão, de um ano para outro, mas a cada ano a vida dura no campo e a necessidade de tratamento de saúde os empurravam para a cidade grande.

Modesto Severino de Azevedo, hoje com 52 anos, foi metalúrgico na fábrica Filtros Mann, na Zona Sul em São Paulo, na época em que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva subia nos palanques do ABC paulista para defender uma das classes de trabalhadores mais organizadas do País, os metalúrgicos do ABC. Deste movimento, além do presidente Lula, nasceram muitas das lideranças dos movimentos sociais do Brasil.

Entre os anos 70 e 80 - época do chamado "milagre econômico" durante o período da ditadura militar - Modesto ficou desempregado e foi morar na Favela do Jardim São Bento, no complexo Capão Redondo, formado por oito comunidades. Ali não havia saneamento básico, a luz no seu barraco vinha de um único poste que alimentava sete famílias. A

Falta de política agrícola agrava o problema

A questão da moradia é muito séria no Brasil e é uma necessidade imediata das pessoas. No entanto, os números anunciados pelo governo estão muito aquém do necessário. A afirmação é de Altair Lavratti, do Movimento dos Sem Terra em Santa Catarina. "Além disso, não podemos esquecer que muitas destas famílias que sofrem hoje não só com a falta de moradia nas grandes cidades, mas também com a falta de saúde, educação, transporte e alimentação, vêm do campo", diz ele.

Pela falta de incentivo e de uma política agrícola voltada para o pequeno agricultor (não há seguro para safras perdidas devido às intempéries), muitos são obrigados a abandonar a roça e vir para as cidades. Por causa da seca ou das chuvas excessivas, famílias perdem todo seu investimento e não têm como recuperar

o prejuízo. No entanto, constata Lavratti, os governos priorizam e protegem o agronegócio.

Ele afirma que a família agricultora deve ser incentivada a ficar no campo, produzindo e vivendo do fruto do seu trabalho. "Pois, chegando aos centros urbanos, se encontram com as mesmas realidades e carências de políticas públicas. A disputa do pouco ou quase nada destas políticas, no meio urbano, torna-se disputa entre cidadãos e cidadãs que se vêem novamente marginalizados, excluídos, e o Estado se exime do dever político/social que lhe compete. Por isso é que o MST defende a Reforma Agrária, o direito à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho, que é o mínimo que o ser humano necessita para se sentir pessoa, gente", diz ele.

água para beber era de uma bica existente em um terreno baldio e para lavar a roupa se usava a de um poço impróprio para o consumo.

“Foi nesta época que recebi um bilhete que dizia mais ou menos assim: você quer luz e água no seu barraco? Venha para a assembléia. Eu fui. Alguns meses depois já éramos cinco mil favelados na frente da Eletropaulo (Companhia Elétrica do Estado de São Paulo). Enfim, conseguimos a grande vitória da ligação da luz em todas as favelas da cidade. Mais tarde a luta foi em frente à Sabesp (Companhia de Água e Esgoto) pela conquista da ligação da água e, quando nos demos conta, estávamos envolvidos na luta pelo nosso maior sonho: a posse da terra e uma moradia digna”, recorda Modesto, hoje vivendo em Florianópolis.

Em 1980, a empresária e pré-candidata a deputada estadual Ruth Escobar, de olho na sua campanha eleitoral, doou um galpão aos moradores da favela Jardim Comercial e assim surgiu a Associação dos Moradores da Favela Jardim Comercial e Adjacências. Modesto foi um dos fundadores da Associação. “Naquela época tínhamos mais solidariedade, mais unidade, mais facilidade de fazer as lutas pelas causas coletivas.”

Foi assim que, na década de 80, Modesto entrou na luta pela moradia popular no Brasil, a partir de experiências vividas na cidade de São Paulo. Hoje coordenador da União Estadual pela Moradia Popular em Santa Catarina e um dos representantes do Estado na União Nacional pela Moradia Popular, Modesto lembra da ocupação de terra que ele e os companheiros da Favela Jardim São Bento e de

demais comunidades existentes na Zona Sul de São Paulo realizaram numa fazenda localizada no bairro Riveira, de propriedade do antigo IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, extinto ao ser fundido ao INPS na criação do INSS).

Oprimidos pela repressão policial do então governador eleito Paulo Maluf, não foi daquela vez que os moradores do Capão Redondo conseguiram um pedacinho de terra para viver. Mas assim começou uma das várias histórias do nosso País por terra e moradia. Tempos depois, 620 casas populares foram erguidas em sistema de mutirão. Foi em outra fazenda, desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo – na época nas mãos do governador Franco Montoro – e repassada para o município, sob o governo de Mário Covas – prefeito indicado pelo governador, pois na época não havia eleições diretas – e com apoio da Igreja progressista, adepta da Teologia da Libertação, de técnicos, arquitetos e professores universitários.

Anos mais tarde, em 1985, uma segunda etapa do sonho foi concretizada. Foram levantadas casas para abrigar mais 370 famílias na mesma fazenda, depois de muitas idas e vindas ao governo do Estado, na época sob o comando de Jânio Quadros. No entanto, foi no governo de Luiza Erundina, do PT, em São Paulo, que a luta por moradia popular deu um grande salto, com destinação de recursos para programas fortes de habitação popular e o sistema de mutirões, através do programa de habitação popular chamado Fundo de Habitação à População Subnormal – FUNHAPS Comunitário.

Na década de 90, a luta

por moradia popular viveu uma nova etapa. O primeiro projeto de lei de iniciativa popular (um ano depois virou o PL 2.710/92), que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHIS), foi enviado para o Congresso no dia 19 de novembro, subscrito com mais de 1 milhão de assinaturas, tendo sido aprovado por unanimidade em todas as Comissões da Câmara dos Deputados entre os anos de 1997 e 2001. No dia 16 de junho de 2004 o projeto foi sancionado pelo presidente Lula, mas havia falhas, descharacterizando o motivo pelo qual foi proposto, ao dificultar o acesso aos recursos para as cooperativas e associações para atenderem as famílias sem-teto e que precisassem de moradia. O problema foi corrigido mais tarde por uma medida provisória.

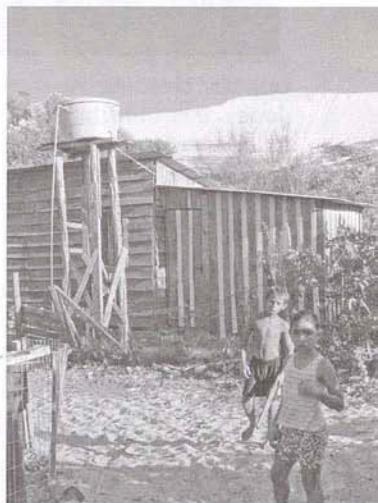
Forças somadas

Modesto saiu de São Paulo devido à violência urbana e foi viver em Curitiba como morador de rua, catando papel para sobreviver, e depois em Porto Alegre, chegando em Florianópolis em 1998. Na capital catarinense, assim como em outras regiões do País, fervilhava a luta pela moradia, a exemplo da ocupação de terra no Bairro Monte Cristo, em 1990, história já contada pela *Pobres & Nojentas*.

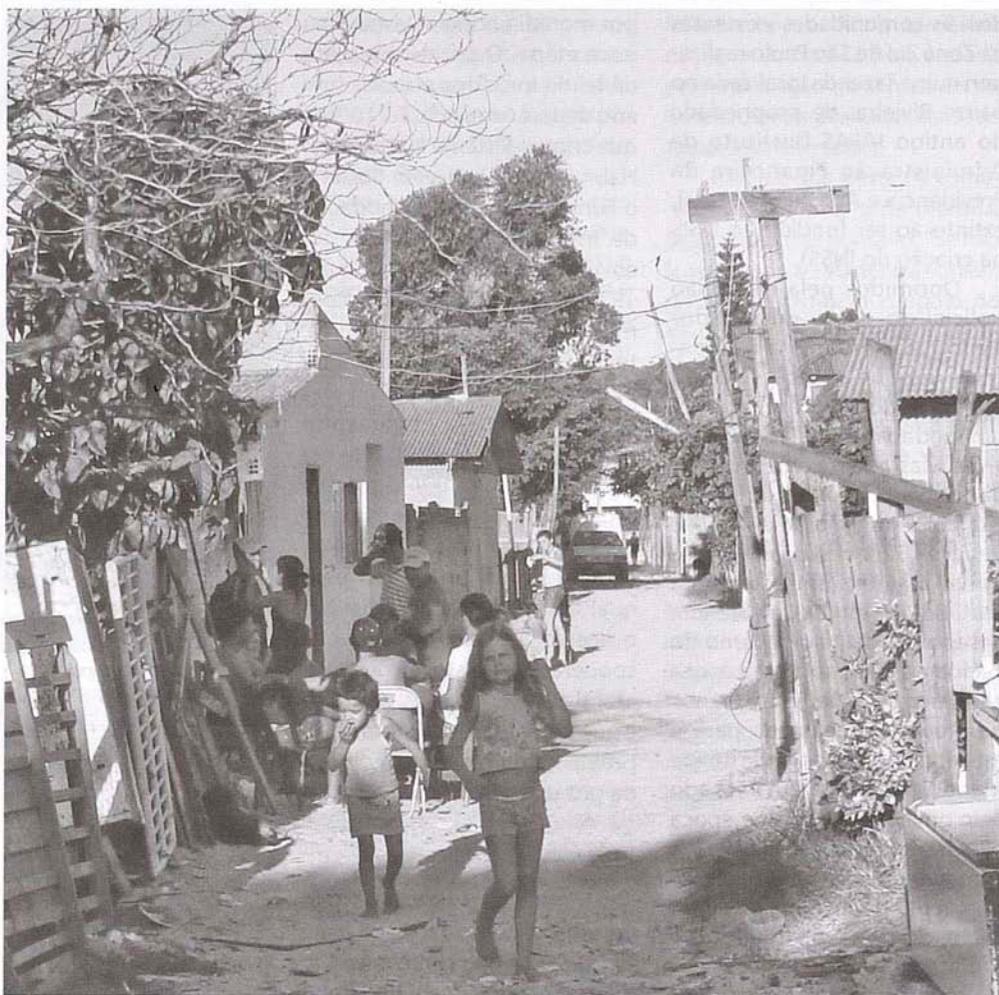
Desempregado, Modesto sobrevivia na informalidade vendendo ovos de Páscoa, vestido de coelho, no antigo terminal de ônibus e no calçadão no Centro da cidade. Foi quando ouviu falar do movimento por moradia popular em Santa Catarina. Daí por diante, deixando de lado o sofrimento de viver nas ruas,



Julieta ainda espera por uma casa na Panaia



Na Vila do Arvoredo, sonhos dos pequenos são os mesmos de todas as crianças



Crianças na Vila do Arvoredo à espera de um futuro melhor

Modesto lembrou da luta em São Paulo e somou forças com os militantes catarinenses.

Em 2008 foi fundada a União Estadual por Moradia Popular, fruto da mobilização dos movimentos sociais organizados, principalmente na Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias). Modesto lembra de muitas lutas vitoriosas e outras que ainda não acabaram, como na comunidade da Vila Santa Rosa, da Vila Aparecida, da Panaia e da Vila do Arvoredo, todas na Capital.

O povo e o Congresso

No dia 18 de fevereiro foi feito, no Plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o lançamento da Campanha Nacional "Moradia Digna – Uma prioridade Social". A Campanha pretende colher um milhão de assinaturas no País favoráveis à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 285/2008) que destina, por um período de 30 anos ou até a eliminação do déficit habitacional, um mínimo de 2% de recursos da União e 1%

dos Estados e Municípios para subsidiar o acesso à habitação das famílias de baixa renda com até 3 salários mínimos.

A PEC tem apoio de diversos segmentos da sociedade, movimentos sociais e empresários da construção civil e, até o momento, de 189 parlamentares de partidos políticos de direita e esquerda. "Não podemos ficar nas mãos da boa vontade dos governos de plantão para solucionar o problema de moradia. Nossa intenção é construir um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltado para uma política habitacional de Estado, visando o atendimento à população de baixa renda. Caso venha a ser aprovada a emenda constitucional proposta, esta vai garantir recursos próprios e permanentes para a habitação, como é garantido hoje para a saúde e a educação", diz Modesto.

Ele avalia que o fato de a PEC contar com apoio de partidos de direita e dos empresários da construção civil não desqualifica a luta por moradia digna no País, da mesma forma que não desqualificou a luta pela criação do SUS e o percentual permanente no orçamento público para a educação: "A aprovação da PEC será, sim, um avanço, mas sabemos que o problema de moradia no Brasil é mais complexo e que faz parte da luta de classes, da luta por uma verdadeira Reforma Agrária e Urbana neste País. Lutamos por uma sociedade justa e igual para todos, mas, até não conseguirmos alcançar este novo modelo da sociedade, não podemos simplesmente romper com tudo, sem analisar as condições reais, e, portanto, precisamos seguir construindo tijolo a tijolo um País melhor".

População atendida precisa acompanhar as obras

O pacote do governo para moradia pode ser bom para alguns setores, como o imobiliário, e trazer benefícios se levar em conta as reais necessidades da camada mais empobrecida da população. Mas, se esta parcela não for ouvida, o pacote só será útil ao capital imobiliário especulativo. Além disso, não se pode negar que há também os interesses do governo e de sua base aliada voltados para as eleições de 2010.

Uma preocupação levantada por arquitetos e urbanistas na imprensa alternativa é a necessidade de se pensar onde serão construídas estas moradias. Não basta jogar as “favelas” para a periferia, para esconder a pobreza, sem a infra-estrutura necessária para uma vida boa e digna. Além disso, o preconceito que atinge as pessoas por viverem em comunidades carentes pode seguir junto para estes condomínios mal-elaborados, de aparência fria, construídos em locais de difícil acesso, sem serviços como saúde, lazer, transporte público, reunindo todos os ingredientes para a explosão da violência urbana.

Segundo Lino Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, há, no lançamento do programa habitacional “Minha Casa. Minha Vida”, alguns avanços com relação a programas anteriores desta magnitude, como a pretendida redução do tempo de construção, antes chegando até 36 meses, para menos de um ano. Ele também cita a redução dos trâmites cartoriais de 60 para 30 dias, assim como a eliminação de taxas cartoriais ou sua diminuição em até 80% para os segmentos de mais baixa renda, inferior a três salários mínimos, ampliação do valor financiado em até 90% para os que recebem até 10 salários mínimos e aumento do prazo de amortização de 90 para 120 dias.

“Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional em 2007 era de 7,21 milhões, caindo 9,5% em 2006. Isto significa que se deve reconhecer o esforço do governo federal para abater esta dívida social, como o crescimento da economia, aumento do emprego formal, o que amplia o FGTS, entre outros fatores. De um milhão de uni-

dades habitacionais, para Santa Catarina estão previstos 24,1 mil casas e apartamentos para famílias que ganham até dez salários mínimos”, reforça Peres.

O professor pondera ainda que há dúvidas sobre o que o governo entende por desburocratização nas licenças ambientais. É que a pressão dos setores de agronegócio e construtoras de barragens para a liberação de licenças, como ocorreu com a recente aprovação do Código Ambiental pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, pode significar desobediência em relação a legislação ambiental.

Ele também aponta críticas ao programa como: ainda se mantém a metragem reduzida das casas e apartamentos em 36 metros quadrados, o que reproduz os programas anteriores (que em parte são ditados pelo Banco Mundial); o programa deveria estimular a participação de cooperativas habitacionais auto-geridas, como se empreendeu, por exemplo, no governo da Luiza Erundina em São Paulo entre 1992 e 1996, e não somente por empreiteiras, assim como maior inclusão de mão-de-obra local e de população que seria beneficiada pelo programa; não há uma política clara no campo fundiário. Deveria se estimular a inclusão de unidades e conjuntos em áreas melhor equipadas e urbanizadas e com centralidade urbana em um processo de integração com segmentos de maior renda; não se mencionam convênios com universidades, que têm enorme potencial científico e técnico para aperfeiçoar o programa, e nem assessorias técnicas com quem o próprio governo assinou recentemente para oferecer orientação às populações, desassistidas há décadas; e não fica explícito em quanto tempo se pretende aplicar o programa.

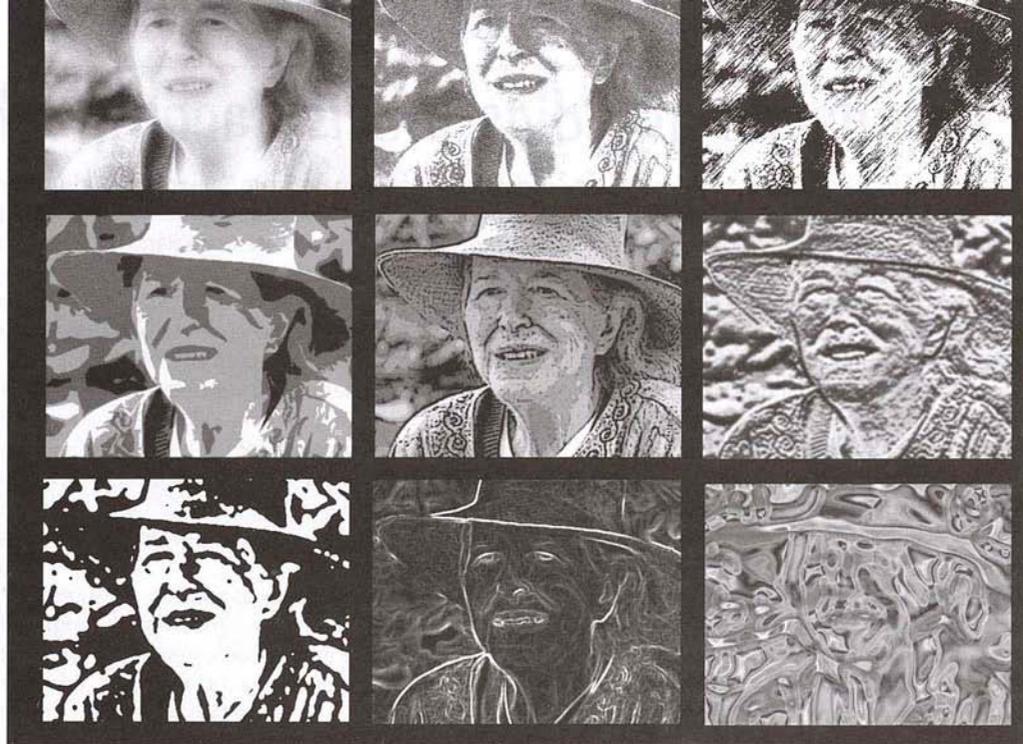
Para Lino, o governo deve orientar as prefeituras a acelerar o programa, com um cronograma viável e eficaz. Com base no artigo 2º da Lei Federal 10.257 (Estatuto

da Cidade), o programa deveria prever a participação das populações a serem beneficiadas, desde a concepção até a construção dos projetos habitacionais, assim como um acompanhamento pós-ocupação para avaliar a qualidade do empreendimento. “O controle social das obras é essencial, como as populações beneficiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que hoje vêm exigindo acompanhamento da execução dos programas buscando qualidade, em face de freqüentes reclamações de obras mal-executadas”, diz Lino.

Para analisar o caso de Florianópolis e Região Metropolitana, particularmente os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, em um total de 171 assentamentos, sendo 64 somente na Capital, o professor aguarda o que será previsto de unidades novas no programa federal. “Florianópolis e os municípios vizinhos há décadas carecem de uma política habitacional continuada e consistente. A característica dos programas até aqui implantados tem sido de descontinuidade na implementação e gestão, baixa qualidade urbanística e arquitetônica – apesar de alguns avanços isolados como, em parte, o que se construiu no bairro Monte Cristo –, burocratização e centralismo tecnocrático, e outros fatores”, afirma o professor.

Espera-se, diz Lino, que o programa federal supere estas deficiências já históricas e avance no campo institucional, social, ambiental, urbanístico e arquitetônico. Já há suficientes demandas dos movimentos nacionais pela moradia, hoje com assento no Conselho das Cidades, das universidades e grupos técnicos e de pesquisa para avançar para além da política urbana e habitacional tradicional que, mais que resolver, tem muitas vezes agravado o déficit e principalmente a carência habitacional.





Hilda Hilst para sempre

Por Fernando Karl,
de São Bento do Sul

Vou pela estrada orlada de capinzais e aqui estou ante o portão da Casa do Sol (nos arredores de Campinas, São Paulo), onde respira aquela que é considerada a mais importante escritora brasileira depois de Guimarães Rosa. Estamos no ano de 2001.

Os cães e seus latidos de bronze. Hilda me convida a entrar e logo começamos a conversar sobre tudo e sobre nada. Ainda são cinco horas da tarde.

Anoitece.

A primeira coisa que Hilda Hilst faz quando cai o manto da noite é molhar a garganta com umas doses generosas de uísque. Eu bebo, ela bebe. A televisão vai desafiando seu rosário de nulidades e Hilda apenas sabe vociferar: Que horror! Que horror!

Eu aproveito a descontração e pergunto a ela (o gravador está ligado) sobre a morte. - A morte é definitiva, Hilda? Qual sua concepção sobre a morte?

Hilda – Durante toda a minha vida eu fui fascinada por esse lado invisível. Tenho vontade imensa de apreender o invisível. Não lembro se foi o Tagore quem disse: “A vida é uma idéia criativa”. Não posso compreender como é que depois de ter sentido o que eu senti e sinto agora, como é quer essa vida vai terminar assim, sem nenhum vestígio. Tá certo que a própria experiência da vida já é bastante. Porque é tão emocionante e terrível viver! Mas eu não acredito que o fenômeno da vida finde com a morte. No fundo, eu sempre desejei que alguma coisa sobreexistisse do homem, que ficasse alguma coisa, e essa descoberta de estar viva veio me mostrar que tudo continua. Eu acho que o homem tem dentro de si uma necessidade muito grande de luz. Digo luz porque não sei dizer de outra forma. É uma necessidade de transmutação fincada no íntimo e pode que seja a ressurreição do corpo, não sei.

As noites com Hilda Hilst são sempre noites regadas a uísque e prosa de ouro. Antes que seja carregada ao pequeno catre onde dorme, pergunte uma última vez: - Mudando de assunto, você ainda sente pânico diante da folha em branco?

Hilda – Muito. Me dá uma tremedeira, apesar de que quando eu pego a folha as coisas já estão muito delineadas. Eu convivo muito tempo com as histórias e quando começo a escrever tenho tudo, quase tudo, diante de mim.

E mesmo encharcada em álcool ela me lê, em voz alta, um texto que acaba de escrever:

Qadós

Difícil de explicar, ia dizendo aos borbotões que essas coisas senhora são para fazer uma limpeza na minha

alma devo começar por aí não sei se a senhora entende mas o branco é demais importante para começar as orações e acendendo as velas fica visível para a Excelência que sou eu mesmo que me acendo, matéria de amor etc. etc. A maioria revirava os olhos, torcia a boca, umas coçavam os cotovelos, a cintura, diziam: homem, se queres comida eu entendo mas não tenho, o resto é confusão, despacha-te. Às vezes davam-me panos pretos, ou alaranjados ou com listas ou vermelho com florzinhas, nunca o branco, Excelência, e como último recurso para conseguir os círios eu entrava numa loja aos solavancos, o olho girassol e gritava: duas velas por favor, a mãe agoniza, em nome do vosso nosso Deus duas velas para as duas mãos de mamãe. E saía como o raio, como o cão danado, como Tu mesmo que te evolas quando Te procuro, ai Sacrossanto por que me enganaste repetindo: hic est filius meus dilectos, in quo mihi bene complacui? Nudez e pobreza, humildade e mortificação, muito bem, Grande Obscuro, e alegria, é o que dizem os textos, humilde e mortificado tenho sido, mas alegre, mas alegre como posso? Se continuas a dar voltas à minha frente, estou quase chegando e já não estás e de repente Te ouço, bramindo: mata o rei, Qadós, o inteiro de carne e de pergunta, pára de andar atrás de mim como um filho imbecil. Como queres que eu não pergunte se tudo se faz pergunta? Como queres o meu ser humilde

e mortificado se antes, muito antes do meu reconhecimento em humildade e mortificação, Tu mesmo e os outros me obrigam a ser humilde e mortificado? Como queres que eu me proponha ser alguma coisa se a Tua voracidade Tua garganta de fogo já engoliu o melhor de mim e cuspiu as escórias, um amontoado de vazios, um nada vidrilhado, um broche de rameira diante de Ti, dentro de mim? E as gentes, Máscara do Nojo, como pensas que é possível viver entre as gentes e Te esquecer? O som sempre rugido da garganta, as mãos sempre fechadas, se pedes com brandura no meio da noite que te indiquem o caminho roubam-te tudo, te assaltam, e se não pedes te perseguem, se ficas parado te empurram mais para frente, pensas que vais a caminho da água, que todos vão, que mais adiante refrescarás pelo menos os pés e ali não há nada, apenas se comprimem um instante, bocejam, grunhem, olham ao redor, depois saem em disparada. Andei no meio desses loucos, fiz um manto dos retalhos que me deram, alguns livros embaixo do braço, e se via alguém mais louco do que os outros, mais aflito, abria um dos livros ao acaso, depois deixava o vento virar as folhas e aguardava. O vento parou, eis o recado para o outro: sê fiel a ti mesmo e um dia serás livre. Prendem-me. Uma série de perguntas: qual é teu nome? Qadós. Qa o quê? Qadós. Qadós de quê? Isso já é bem difícil. Digo: sempre fui só Qadós. Profissão. Não tenho não

senhor, só procuro e penso. Procura e pensa o quê? Procuro uma maneira sábia de me pensar. Fora com ele, é louco, não é da nossa alçada, que se afaste da cidade, que não importe os cidadãos. Sou quase sempre esse, matéria de vileza e confusão para os outros, para os Teus olhos um nada que te persegue, um nada que se agarra às tuas babas, e como é difícil te perseguir, nem o rasto, nem a estria brilhante (aquela que os caracóis deixam depois da chuva) eu vejo, pois é pois é, seria fácil para o teu inteiro gosma e fereza, o teu inteiro amoldável, me dar umas pequeninas alegrias e te mostrares um dia Grande Caracol baboso aguado brilhante, te mostrares um dia intimidade, vê Cão de Pedra, agora não sei, fui íntimo para um uma ou dois, nem me lembro, e a princípio como me trataram bem, cuidado na fala, langor no olhar, a minha palavra era véu dourado que pouco a pouco pousava, translúcido, luminosidade delicada, eu Qadós falava e o espaço era pérola, leite fresco, pistilo, um ou três relinchos para aquecer ainda mais tanta mornura, sorriam, lábio frouxo encantado, gula de me possuir inteiro, se era mulher ela me dizia isso mesmo gula de te possuir inteiro, Qadós, se era homem também, aí eu me escondia, dias e dias sobre Plotino, outros dias apenas flutuava sobre o verde dos parques, de longe me seguiam, eu de névoa transfixado, melindre dissolvência, Qadós O Inteiro Desejado.

Revista Virtual

DESACATO

América Latina – Soberania e Paz

WWW.DESACATO.INFO
DESACATO.BRASIL@GMAIL.COM

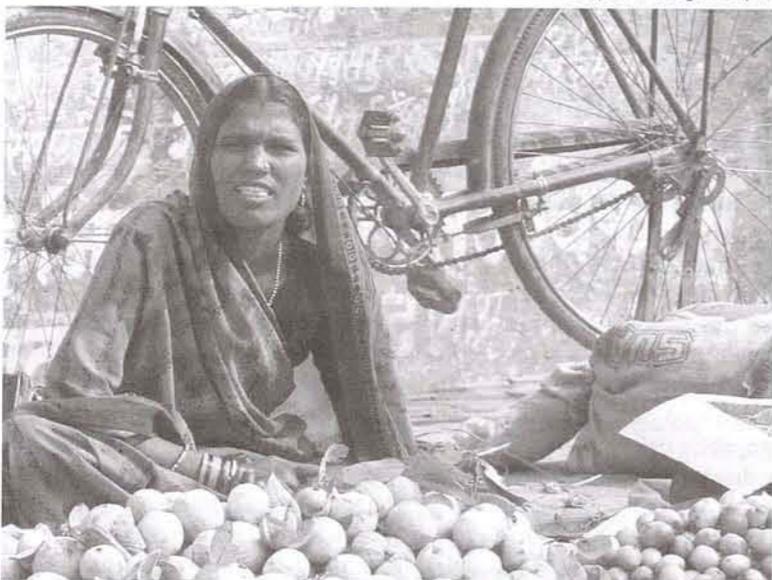


PHOTO: WWW.DAILYNEWS

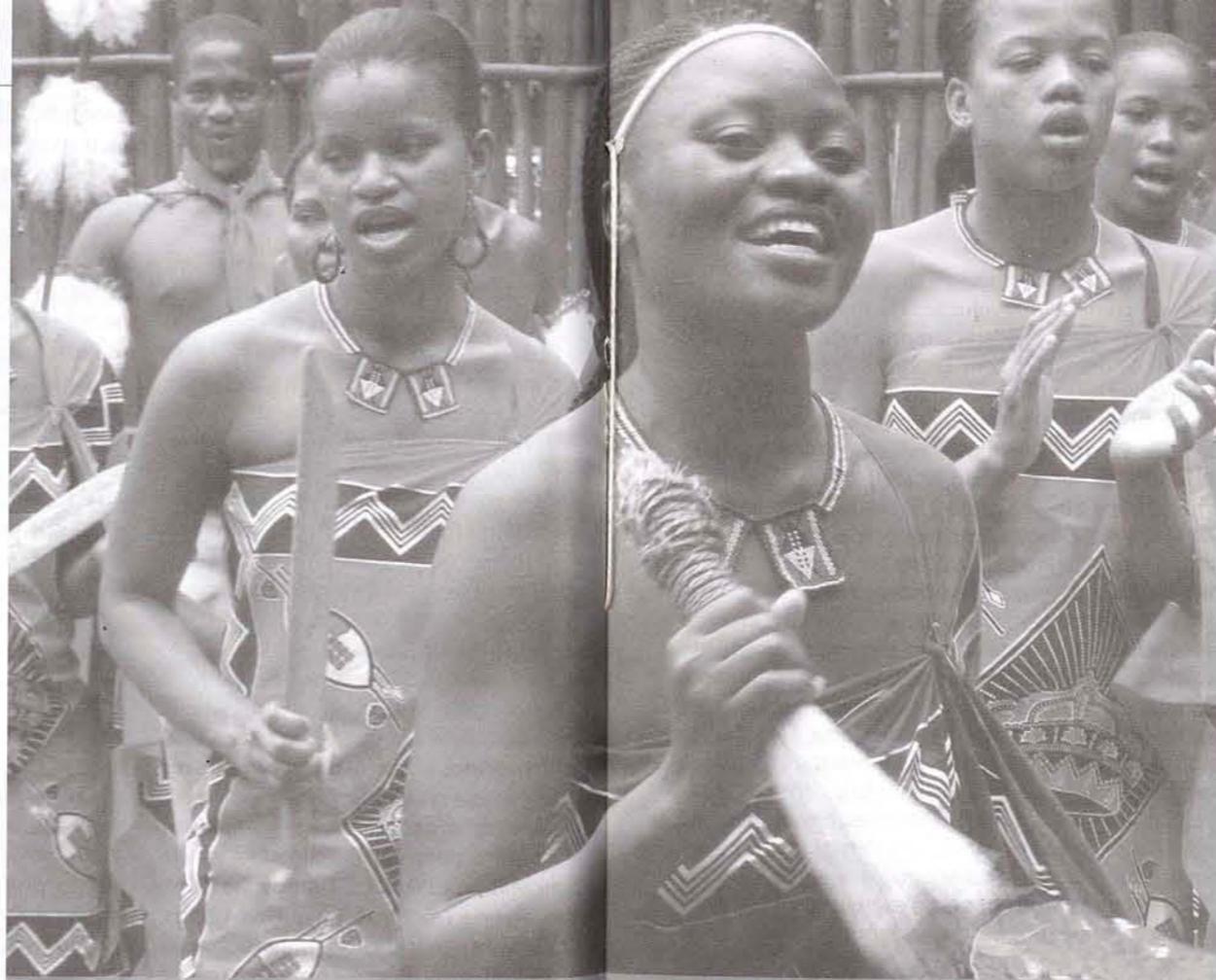
POR UMA PALESTINA LIVRE E SOBERANA



Maputo, Moçambique



Acima, Orcha, Índia. Abaixo, Varanasi, Índia



Xai-xai, Moçambique



Mulheres

Por Viegas Fernandes da Costa, de Blumenau*

Eis então a luz que grafa o que narra o olhar. Porque não se pretende o narrar cego, ainda que mudo de palavras. O verbo existe junto aos olhos que miram a objetiva e ordenam à ação o mecanismo que eterniza um momento, uma ideia, uma possibilidade. Ao falar das mulheres deste mundão por onde já vagaram os pés e as retinas de Ricardo Machado, destas mulheres na Índia, no Moçambique e na Suazilândia, fala-nos o historiador

e o cronista das mulheres às margens do Ganges, em prece, às margens da estrada, em espera. A prece poderosa a ungir o corpo na fé e que une as mãos da tibetana a rezar a rezadora exilada em Dharamshala; a espera que mira os olhos no futuro incipiente e assustado em uma Xai-Xai perdida na savana africana, mas que é, também, a espera nossa de cada dia que, se atenta, também imobiliza. E se virem as mãos em Varanasi,

as mãos também clamam silêncio em Xipamanine, na mesma feira em que mãos selecionam os viveres do amanhã. A perpassar toda a margem, há o colorido, das roupas, das frutas, de um sorriso e seu pulcro adorno, do tecido que envolve o filho às costas de uma mãe que segue tangida pela existência, donde não se é possível recuar. É a mulher telúrica, de pés descalços, esta que emerge da narrativa, das

As fotografias de Ricardo Machado foram feitas durante viagens pela Ásia e África em 2008 e 2009. Ricardo é mestre em História Cultural pela UFSC. Atualmente é professor da FURB e diretor do Sinsepes. Em 2008 publicou "Entre o Público e o Privado: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau (1850-1920)".



Acima, Dharamshala, Índia. Abaixo, Goa, Índia



Abaixo, Varanasi, Índia

*Viegas Fernandes da Costa é escritor e historiador. É autor dos livros "Sob a Luz do Farol" (2005) e "De Espantalhos e Pedras Também se Faz Um Poema" (2008). Escreve no blog <http://viegasdacosta.blogspot.com>



Por Elaine Tavares, de Florianópolis

O exército de pinus

Já é noite fechada quando o carro passa velozmente pela cidade de Lages rumo à região do Contestado, em Santa Catarina. A lua cheia no céu é puro esplendor. A luz é tanta que ilumina campos e matas, construindo sombras fantasmagóricas. De repente, da escuridão surge outra luminosidade, uma espécie de nave-mãe, encravada no meio do verde escuro. Com ela, um cheio ruim, uma náusea.

- O que é aquilo?

- É a Klabin. A fábrica de papel. Parece uma ferida na mata, né?

Ninguém diz nada, prisioneiros daquela cena bizarra.

O carro segue em direção à Caçador. As sombras continuam a se delinear no horizonte. Ao longe julgo ver uma fileira de gente andando, muita gente. Penso em João Maria, o monge, conduzindo seu povo rumo à mítica Taquaruçu, a cidade santa do Contestado. O velho que enfrentou o exército, o medo, a dor e empurrou as gentes à luta contra a estrada de ferro inglesa que cortava Santa Catarina e lhe levava as terras, tornando o povo escravo em seu próprio lugar. João Maria e sua gente combateram o invasor. Foram até o fim e hoje são estrelas fulgurantes da história deste chão, estudados na escola e reverenciados por todos aqueles que buscam liberdade. Apertei os olhos para ver. Mas não era ele. A fileira que eu via, mal-iluminada pela lua cheia, era feita de pinus elliotis, milhares, milhões. Não eram gentes em busca de vida digna. Era um novo invasor.

1910

No México começa a revolução. Os índios, os camponeses, as gentes "de abajo" reclamam terra e liberdade. Armam-se até os dentes e, com Emiliano Zapata e Pancho Villa, passam a escrever uma das mais belas páginas da história popular. No Brasil, o povo silencia diante do avanço do cavalo-de-ferro. Em todo território abrem-se as veredas para a passagem do trem. No comando, as empresas estrangeiras, como sempre, a maioria inglesas. Em Santa Catarina não é diferente. A Brazil Railway Company (é, assim mesmo, em inglês) termina de rasgar o solo do estado. Vai trazer o progresso, dizem. O dono é um estadunidense chamado Percival Farquhar, que decidiu fazer fortuna com as ferrovias criando uma empresa em 1906 e, nestes dias, já domina praticamente tudo ao sul do mundo. O trecho que atravessa Santa Catarina, entre São Paulo e Rio Grande do Sul, está terminado e agora vem a melhor hora para o empresário do norte. Ele vai abocanhar mais de seis mil e seiscentos quilômetros quadrados de terra ao longo da ferrovia. O propósito é "enricar" com a madeira. É o acordo. Já os trabalhadores, em número de quatro mil, que penaram na obra, são demitidos sem que se cumpra a promessa de dar dinheiro para a volta à casa. Por isso, são eles que vão engrossar o exército de miseráveis que se forma com a expulsão dos camponeses das terras que agora são do "americano". É a primeira florada do que mais tarde será conhecido como o Exército Encantado de São Sebastião.

2008

O olhar enviesado e o tique nervoso no canto da boca dão conta de que o homem está incomodado. Ele ouve a mulher falar sobre os males do pinus e mexe a cabeça silenciosamente num gesto de negativa. Depois, mais tarde, numa conversa reservada, enquanto os demais parceiros estão no almoço, arrisca um debate. "A moça não sabe o que é viver de produção. Uma hora é a chuva, ou o sol demais, os riscos de perder tudo estão aí, a toda hora. Depois, ainda que a coisa dê, pode ser que o preço fique lá embaixo e a gente está sempre no vermelho. Com o pinus não, é favas contadas. A empresa paga e pronto. Dê o que der. Pra quê melhor?" inquire, sério. O agricultor do meio-oeste catarinense diz o que quase todos os plantadores de pinus têm na ponta da língua. Esta é uma produção segura, sem grande risco. A árvore não exige muito e o retorno é garantido. Para quê então arriscar plantando feijão, trigo, mandioca ou qualquer outra cultura que exige demais dos camponeses e ainda pode levar à falência? Falar de cuidados com o meio ambiente provoca o riso. Boa parte não acredita nesse discurso de que as mudanças climáticas tenham a ver com o que se faz com a terra. "Antigamente os nossos avós cuidavam da terra, e o quê eles tinham?", este é o argumento. Os pequenos proprietários do meio-oeste estão enredados até a medula na armadilha do sistema capitalista. Vida simples e natural? Qual nada. Melhor são o microondas e o freezer. Hoje, nas cidades que formam a região de Lages, falar mal do pinus é puxar briga. Os que estão conveniados com as grandes fábricas

Foto: Miriam Santini de Abreu



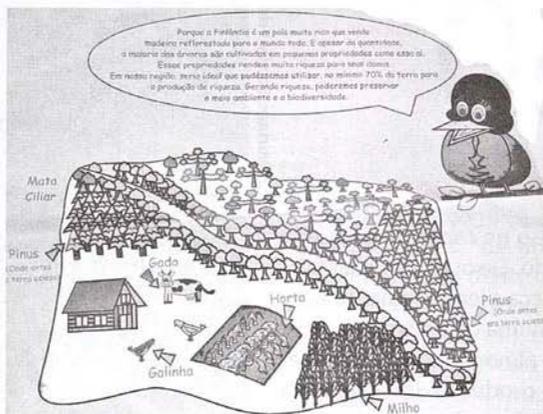
Exploração sem limites no século passado transformou araucária em quase raridade

de papel ou as madeiras não querem nem ouvir falar de outro tipo de exploração da terra. E se alguém insiste, corre o risco de ser cuspidado e até apedrejado.

1500

As caravelas de Cabral se aproximam da costa. Está descoberto o paraíso. Na carta enviada ao rei, vai a semente do grande mal extrativista que daria à colonização destas terras uma marca indelével. "Esta terra, Senhor, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos... Até agora não pudemos saber se há ouro ou





Cartilha com o quati e a gralha sugere até monumento ao pinus nas cidades

prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!" Desde aí, cortar madeira passa a ser coisa normal por aqui. Todo o pau-brasil foi sendo levado embora e séculos mais tarde, para se ver um pezinho, só em viveiros de abnegados que se dedicaram a salvar o que fora uma grande riqueza. Por outro lado, nos castelos e igrejas de Portugal e Espanha lá está a madeira cor-de-rosa a denunciar, com beleza, o roubo.

1776

Andam pela região (hoje Lages) turbas de castelhanos. É um tempo de fixação de fronteiras. Os tropeiros que vêm de São Paulo para o sul dão notícias de que a bandidagem está correndo solta por ali. Então, o governador de São Paulo decide fixar naquela região um povoado. Quem vem é Correia Pinto, um bandeirante acostumado na batalha contra os índios. Vai dar conta dos castelhanos e da "bugrada". Ele monta uma vila, bem próxima ao rio Canoas. A terra é boa e as araucárias que vicejam por ali prometem grandes lucros. A madeira é de primeira.

1925

Pelas estradas poeirentas de Lages, Correia Pinto, Lebon Régis, enfim, por todo o meio-oeste, circulam, gordos, os caminhões. A Guerra do Contestado já caiu no esquecimento, afinal, quem se importaria com meia dúzia de "fanáticos?" O trem de ferro que causara tanta dor agora é a anunciação do progresso. As gentes que por ali vivem têm uma riqueza bem à mão: a floresta. O pinho é madeira nobre, retorno garantido. Basta um machado, força no braço e um caminhão. A boca do monstro tem nome estrangeiro. É a serraria Southern Brazil Lumber Co. Sem que isso seja coincidência, o dono da empresa de nome inglês é o mesmo da ferrovia que foi o estopim da luta camponesa naquelas terras, o estadunidense

se Percival Farquhar. Lá dentro a lei é a dos Estados Unidos, pistoleiros vigiam os empregados e só o quatro de julho, data da independência dos Estados Unidos, é dia de festa. A serraria, que foi a maior de toda América Latina, ocupando mais de 60 hectares, devastou a região desde 1913. A madeira abasteceu o mercado estadunidense e sugou a riqueza do meio-oeste. Como é de praxe, quando a empresa faliu, em 1938, foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas. Mas o ciclo do pinho já tinha feito o estrago. Em São Paulo, sem nem saber de Farquhar, a empresa da família Klabin começa a se destacar no ramo papeleiro.

1960

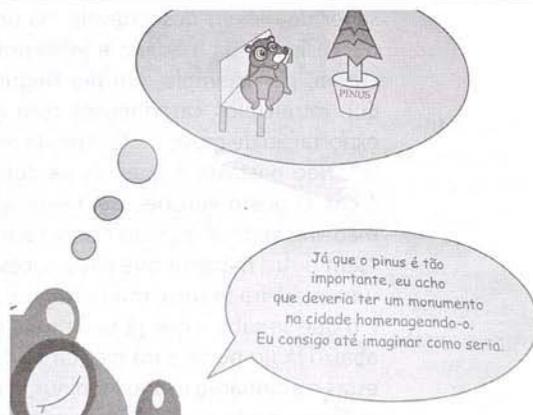
A empresa nascida do sonho do Mauricio Klabin estende seus tentáculos para o sul do país. Já tinha fincado raízes no Paraná e era a vez de Santa Catarina. Para isso, precisa "profissionalizar" seu fazer, e então se junta a duas empresas estrangeiras, ambas estadunidenses: a Adela Investment Co. S.A. e a International Finance Corporation – IFC - financeira do Banco Mundial. No ano seguinte abre a Papel e Celulose Catarinense Ltda., que só vai operar a partir de 1969, na cidade de Lages. O som do machado começa a vibrar com força outra vez no meio-oeste. Quase sem pinheiros – consumidos na febre da Lumber - a saída encontrada será típica da selvageria capitalista, ou seja, o que der mais lucro em pouco tempo. O povo da região de Lages esquece o feijão, a mandioca e começa a plantar árvore, pinus e eucalipto, afinal não é o verde que os "eco-chatos" querem?

2008

O biólogo Ademir Reis, professor na Universidade Federal de Santa Catarina, diz que muito do que se diz sobre os males do pinus é blefe. "Ele não estraga a água e não espanta passarinho. O verdadeiro problema não é o pinus, são as pessoas." Segundo o biólogo, toda e qualquer plantação co-



O pinus é a soja que pode ser plantada em terrenos acidentados, sem causar erosão e sem causar danos ao meio ambiente.



bra sua fatura da terra, seja a soja, o arroz ou o pinus. O que se necessita é adequar a produção a uma forma sustentável, de respeito ao meio ambiente. Sobre o argumento de que o pinus chupa a água de onde está, Ademir argumenta: "toda a árvore puxa água. Na Amazônia, a floresta suga 30% da água, que sobe e volta". O único problema que ele reconhece é o da condição de invasor. "Realmente, as sementes de pinus voam a grandes distâncias, elas fogem do espaço plantado e vão ocupando novos territórios. Isso tem que ser cuidado. No mais, ele até protege a terra da erosão. Há que respeitar as beiras de rio e os topos de morro". Para o professor, as empresas catarinenses que trabalham com o pinus são responsáveis e têm certificação internacional. "Já no que diz respeito a ser uma monocultura, é certo que é ruim. A produção deveria ser diversificada."

2007

Nas escolas da cidade de Fraiburgo começa a circular uma singela cartilha que leva o nome de: O quati, a gralha e o pinus – como enriquecer preservando a natureza. A idéia é educar as crianças, filhas de agricultores, sobre as vantagens de os pais plantarem a invasora. O trabalho se utiliza do que há de mais simbólico na região, os dois animaizinhos silvestres. A gralha, inclusive, é a sementeira da araucária, o que torna a cartilha algo grotesco. No documento, em forma de gibi, a gralha e o quati dizem o quanto o pinus vai trazer trabalho. "Se o pinus nasce na montanha, porque os trabalhadores estão parados?" pergunta o quati, aludindo à vantagem de se ocupar os morros. Diz a gralha: "O pinus ajuda o governo através do imposto e o governo depois dá ao povo saúde, educação, lazer e segurança". E acrescenta: "As árvores protegem as margens dos rios e os animais. Melhoram a qualidade do solo, limpam a atmosfera e deixam as águas limpinhas, além de gerar muito emprego". Isso, é claro, revestido da idéia principal, que é a de se ficar rico com esta plantação. Finaliza, alegre, o quati: "Mas então vamos erguer um monumento ao

pinus em todas as cidades". O documento distribuído tem a coordenação de um conhecido empresário da área de maçã da cidade, Willy Frey, com a colaboração do Projeto Renda Crescente. É mais-valia ideológica - conceito do venezuelano Ludovico Silva - impregnando as mentes infantis.

2008

O agrônomo Eros Mussoli não considera "blefe" os males da árvore que hoje invade o Estado. Ele conhece bem a região de pinus que se formou no Rio Vermelho, em Florianópolis, e garante que a árvore solta uma espécie de resina que destrói a vida da terra. "Nada se cria sob o pinus, acaba com a vida orgânica. Ali no Rio Vermelho, onde cai a palha não nasce nada. Nem precisa ser estudioso para ver." Pescadores que vivem na Lagoa da Conceição também concordam e denunciam que, em dias de chuva, a resina escorre para a lagoa, matando peixes, siris e camarões. Eros considera que a característica do pinus, com suas sementes voadoras, contribui para a formação de grandes desastres ambientais. "É como uma endemia. Lá no Parque do Tabuleiro, que é uma região super-protegida, já tem pinus. Eles vão tomando conta – sem ninguém plantar - e quem protesta e quer discutir a questão é logo marcado como um anti-progressista." Não é à toa que na cidade de Lages já se pode observar, instigada por conhecidos políticos locais, uma sistemática caça aos que eles chamam de "eco-chatos".

2009

Mas os dias do pinus podem estar contados em Santa Catarina, pelo menos no que diz respeito ao uso para feitura de móveis. E sua "morte" não terá nada a ver com as lutas contra suas características destrutivas ao meio ambiente. Será simplesmente pelo novo gosto dos europeus, como bem convêm ao sistema capitalista. Diz o professor da UFSC, Ademir Reis, que na Europa as pessoas não querem mais

saber de móveis descartáveis. Há um retorno à idéia de durabilidade da madeira e estes novos hábitos já repercutem, por exemplo, em Rio Negrinho e São Bento do Sul, municípios catarinenses com grande atividade de exportação de móveis. "Tem muita empresa fechando por lá". Não bastasse a questão da durabilidade, tem ainda a cor. O gosto europeu para este ano está mais para as madeiras vermelhas, mais claras, como o cedro e o mogno. "Tem outra madeira que virou sucesso por lá, é a paricá, uma madeira branca, muito bonita, nativa da Amazônia. É o que se sabe é que já tem muita gente botando mata abaixo lá no norte para plantar paricá". Já as papeleiras, estas continuarão usando o pinus, o que indica que a área plantada pode diminuir, mas não acabar.

2008

Flávio José Martins é presidente do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina e vive em Fraiburgo, a mesma cidade onde foram distribuídas as cartilhas do quati. Em entrevista a um jornal de circulação estadual (*DC*, 9 de março de 2008), ele mostra bem qual o papel do pinus no Estado. "Árvores dão mais lucro que agricultura". Ele ainda afirma que ninguém mais se preocupa tanto com a preservação do meio ambiente quanto as quase 30 empresas do setor, que empregam 16 mil pessoas e são responsáveis por 50% da produção nacional de papel para embalagens, faturando R\$ 2 bilhões por ano. Segundo ele, estas empresas não pegam uma árvore nativa sequer. Tudo é reflorestamento. Em Santa Catarina são 1,7 milhão de hectares plantados com pinus, sendo que 1,4 milhão são certificados. Ele quer dizer com isso que recebem um selo como empresa ambientalmente responsável. Sobre os males que o pinus pode causar, nenhuma palavra.

Hoje

Nem a tragédia envolvendo a região do Vale do Itajaí, que praticamente ruiu em novembro de 2008, faz com que os governantes compreendam que tudo está ligado à questão ambiental. A prova é o novo Código Ambiental proposto pelo governo de Luiz Henrique da Silveira. Nele, estão liberados os plantios nas margens dos rios e nos topos dos morros, bem ao gosto dos plantadores de pinus, além de outras tantas aberrações. No cerne de

tudo, os desejos dos empresários, dos latifundiários, dos ricos. A roda da economia não pára e a política do desenvolvimento a qualquer preço também não. No campo, entre os pequenos proprietários plantadores de pinus, praticamente ninguém aceita falar em mudar de cultura. O pinus dá lucro com pouco esforço. É o sonho de toda a gente. Quase ninguém quer falar sobre estas coisas chatas que envolvem a destruição do planeta, ecologia etc... "Isso é coisa de gente atrasada, inimigo do progresso", dizem. Poucos levam em consideração os fatos, tais como conta uma agricultora de Timbó Grande. "Lá tem nove mil habitantes, 10 ou 15 são agricultores. O resto planta pinus. A maioria das cabeceiras de rio está secando, não tem emprego para os jovens, aumentou a pobreza, a droga, a gravidez na adolescência".

Para o biólogo Ademir Reis, com as mudanças na preferência por outros tipos de madeira, buscar o replantio da araucária pode ser a grande saída econômica do Estado, que vai assim aproveitar a sua flora nativa. Mas isso só pode acontecer com um grande programa estatal de salvamento. "Temos 100 anos de melhoramento do pinus, enquanto a araucária, por conta da lei, não tem sido replantada. Não é viável economicamente para o dono de terra ter araucária, por isso eles arrancam a árvore assim que ela brota. Porque se vingar ele só pode tirar 50%. Também não havia mercado para a araucária. Por isso, um programa de salvamento tem que incluir o Estado. A empresa sozinha não vai se ajustar sem benefício". E assim são as coisas. Quando mudam, levam mais em conta os interesses do mercado capitalista do que a vida das pessoas, o bem-estar ambiental, o cuidado com o planeta. Só vale aquilo que traz lucro, e de preferência fácil, sem que se faça muito esforço.

Enquanto isso, em Caçador, à janela sigo fixando os vultos que parecem marchar. Agora sei, são pinus e não as gentes de João Maria. Mas uma aragem leve me traz um perfume de fogueira de chão, e, com ele, vem a lembrança de uma gente guerreira que vê a terra como mãe, de um povo que conhece o segredo de Gaia, de homens e mulheres que não se entregam ao canto da sereia da falsa promessa do capital. E, assim, marcham, novos e velhos combatentes do Exército Encantado de São Sebastião, das hostes guerreiras de Tupac Amaru, de Sepé Tiaraju. Logo, serão milhões, e suplantarão o exército de pinus... Assim pede a minha vontade na noite fresca de Caçador! Desejo, por hora, impotente...

Meu lado mulher e o seu marido

Por Raul Fitipaldi,
de Florianópolis

Desfrutava da sauna no semi-direto de Canasvieiras a caminho do supermercado que fica onde era o Campo da Liga, frente àquele hotel horroroso com pinta de banheiro gigante. Aí toca no celular o Bolero de Ravel e uma amiga me lembra da esquecida infausta. – Feliz Aniversário, Raul! – Ah, tá brigado, que bom que você lembrou... Meu dia piorou um pouco, mas desci da panela ambulante e endireitei para o mercado assumindo que fazem alguns meses iniciei minha sexta versão de solteiro. Depois de vinte anos chutaram meu sonho e por aí vou, cumprindo as tarefas duplas do casal. Eu homem, eu mulher; claro, desde uma perspectiva capitalista e machista, ainda o mundo é assim, ou não?

Só entrei para comprar duas camisetas. Simples. Não muito ordinárias, mas também não daquelas que custam de 50 reais pra cima: estão fora do meu orçamento. Dei a caminhar perdido perante a nova tarefa que a vida me impôs, comprar roupa. A última vez que comprei roupa foi em 1987. Daí em diante, meu eu mulher se desenvolveu muito melhor na área de lavar pratos, roupa, cozinhar, varrer - tarefas por de-

mais interessantes, porquanto é através delas que consegui durante anos imaginar textos políticos, crônicas, poemas, pecinhas de teatro, que escorregavam por minhas mãos entre a torneira e a pia. Guardava-as no avental e as levava para o escritório, onde algumas se materializavam.

De fato essa rica prática, reservada às mulheres do lar, cresceu dentro de mim quando minha primeira esposa decidiu desaparecer na neblina e virei mãe e pai de duas crianças. E a prática ficou, ora criando filhos, ora cuidando de companheiras. Adereçava estas práticas caseiras com danças, piadas e outras coisas que formam parte dos meus afazeres femininos. Nos masculinos sou mal-humorado. Entrei numa loja do segundo andar.

- Moça, queria experimentar alguma camiseta. Não precisa ser muito discreta, não. – Tamanho, senhor? – Hein, ah, eu, sim, P. - P? - Sim P. - O senhor é magrinho. - Sim, peso 52 quilos. - Ah, quem pudesse! - Eu, lastimavelmente, posso. - Experimente! O senhor parece mais jovem assim, que ótimo! (Dedução: o senhor, aos 54 anos, é velho, mas com esta camiseta nova não dá tanta

lástima. Que coisa ruim comprar, parece um raio X !) - Por que não prova esta, olhe que leve, que cor bonita! – Quanto? – O mesmo que a outra! Tá bom, levo. – Paga com cartão ou com dinheiro. – Hein, deixa eu ver ... minha parte homem se digladiava por pagar com dinheiro e terminar com essa história horrível que me fazia tremer as pernas; minha parte mulher estava saindo da sedução de outras malhas muito bonitas e muito mais decidida e clara encerrou o assunto: cartão de débito, querida.

Quando saio ao pátio estava enjoado, assustado, suando gota grossa. Que coisa horrível comprar, como se fará para pechinchar? Detrás de uma coluna apareceu uma garota eslava, ou seja, meu biótipo predileto. Baixei a cabeça, larguei umas lagriminhas e seguí adiante. Atrás uma gata negra de olhos verdes-cinza impressionantes. Lá sigo eu diminut@, minha obrigação é comprar umas coisas que no bairro não tem. Desço pela bicha rolante, emocionalmente perturbado. Uma senhora muito agradável, talvez da minha exausta idade, indicou-me onde ficavam as tralhas integrais. Vou adiante de cestinha na mão tratando de não

sujar a bolsinha com as camisetas. Assaltei-me num gesto que me lembrou “A Gaiola das Loucas”. - Quem fosse Ugo Tognazzi! Comprei, paguei, fugi e parei na cafeteria. Sofrendo. Em definitivo sou ótima mulher do lar e péssima mulher de compras. Resumindo, habita em mim uma mulher pobre que não vai ao centro e fica em casa cuidando das coisas miúdas. Convive com um homem que anda perdido, solitário e meditabundo.

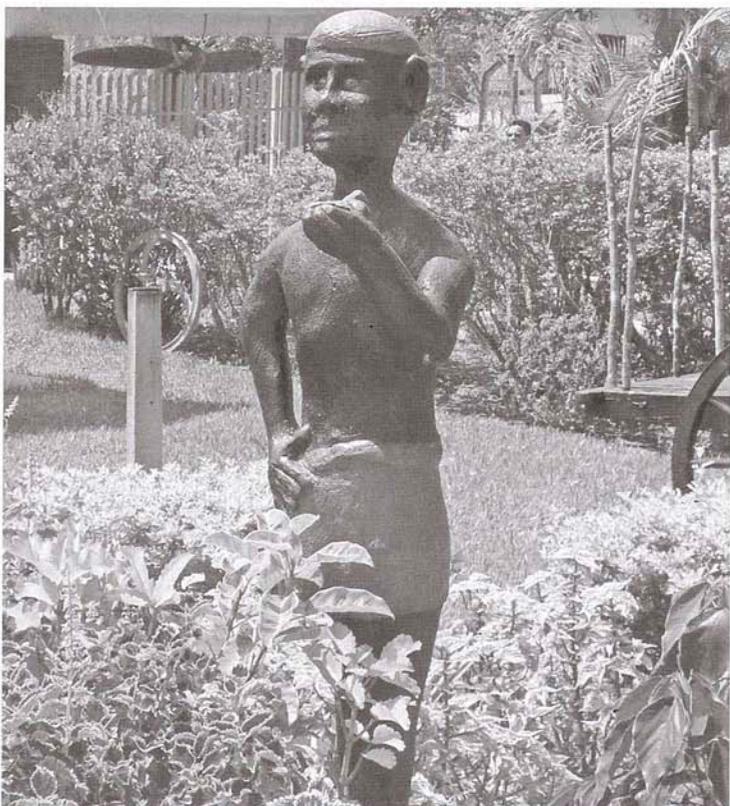
Sentei-me e pedi um expresso para a menina do caixa. Tava mexendo com o açúcar mascavo quando ela me fita. É o boné de Serrat e Sabina, só pode. Fita de novo; opa, tá olhando o contexto. Sorri. – O senhor já veio uma vez aqui. - Ah, sim. - Sim. Ah, que bom. – Dois reais. - Tá bom. - Volte. - Hein, sim, claro. Caminhei rápido até a Bocaiúva, quase jogando a verdura orgânica e o coração tremendo. Meu lado mulher se sentia feliz pela compra, meu lado homem, não; meu lado mulher pagou e meu lado homem tomou café sesgando aquela gurria no caixa. Já imaginava eu, meu lado homem tem algo de machista e meu lado mulher é lésbico. Porém...

(Continuará)



Ilustração: Camila Bion de Assis

Fotos: Míriam Santini de Abreu
Selo do saci: Anderson Gonçalves



São Luiz do Paraitinga: maior núcleo arquitetônico antigo de São Paulo agora quer "reflorestar" o saci no imaginário brasileiro

Arquivo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Como encontrar saci no sertão paulista

Por Miriam Santini de Abreu,
de São Luis do Paraitinga, SP

Cheia de quietude, fui espisar a noite. Os vagalumes eram uma corda de luz dançando no negrume. Atrás de um capão de araucárias, a distante claridade pálida era outra, a da cidade. Então, ouvi um farfalhar vindo duns arbustos. As folhas balançavam de um jeito quase faceiro. Segurei a respiração. Seria um saci?

Era o moleque que eu desejava ver naquele lugar batizado de São Luiz do Paraitinga, região do Alto Paraíba, no topo da Serra do Mar. Ali se está a 170 quilômetros de São Paulo e a 44 de Taubaté, a cidade onde nasceu o escritor Monteiro Lobato, que popularizou o saci com as histórias ambientadas no Sítio do Picapau Amarelo. Foi em São Luiz que, em 2003, um grupo de jornalistas, músicos e artistas fundou a Sociedade dos Observadores de Saci, a Sosaci. E desde então o calendário cultural da cidade tem festa dedicada ao guardião das matas, realizada no final de outubro.

São Luiz é contornada pelo rio Paraitinga, que às vezes se rebela contra as margens e alaga casas e ruas. O município tem 90 edificações do século 19 tombadas pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de São Paulo). A fama do casario histórico - maior núcleo arquitetônico antigo do Estado - se iguala à dos festejos do Carnaval e da Festa do Divino, épocas em que os visitantes se apinham nas ruas do Centro. A cidade de cerca de 11 mil habitantes agora também alimenta o desejo de - como se diz - reflorestar o saci no imaginário brasileiro.

Contam as histórias coletadas pela Sosaci que, na cultura dos povos originários destas terras, o saci era um curumim, encantador de crianças e adultos. Depois se enlaçou com a cultura africana e portuguesa. Tornou-se negro, ganhou o gorro vermelho e o cachimbo.

Geraldinho Santos, taxista cujo ponto é na Praça Oswaldo Cruz, na frente da Igreja Matriz dedicada a São Luís de Tolosa, sorri de leve quando embarco e pergunto se ele já viu saci. Depois, sério, conta histórias de quando era guri e temia as estranhas luzes e barulhos no escuro do sertão. Na frente da Destilaria Mato Dentro, onde desembarco e o relato de Geraldinho tem o ponto final, há um vigilante saci de olhos vermelhos.

Na dissertação de mestrado em História que defendeu na Universidade de São Paulo, o pesquisador João Rafael Cursino dos Santos conta que São Luiz era ponto de passagem de tropeiros e de escoamento de mercadorias rumo ao porto de Ubatuba, no litoral norte paulista. Isso foi nos séculos 17 e 18, período em que a movimentação de tropas

deu impulso ao comércio de beira de estrada e ao início de povoamentos e cidades. Quando se completou a estrada de ferro de Minas Gerais direto ao Rio de Janeiro, a pequena localidade no alto da Serra Paulista caiu em decadência.

Foi o cultivo de café no Vale do Paraíba, em meados do século 19, que mais uma vez movimentou a vida em São Luiz. São daquele período as construções de prédios públicos e particulares hoje preservadas no Centro Histórico, algumas feitas de taipa-de-pilão, com paredes internas de pau-a-pique. Mais tarde, com a produção de café estagnada, o município retomou a agricultura de subsistência e ficou à parte do crescimento industrial do Vale do Paraíba no século 20.

Parte do antigo casario está na rua Domingues de Castro, onde fica o Cantinho dos Amigos. Foi nesse restaurante que, na busca do saci, encontrei as "Estórias de uma perna só", literatura de cordel tamanho ¼ de folha de ofício, exposta no Caixa:

- Quem escreve? – perguntei, afoita.
- O Ditão, esse que acabou de sair daqui.
- Fui para a rua e fiz parar o primeiro que passava:
- Viu o Ditão?
- Sim, ele foi em direção ao Mercado Municipal.

Corri até o local mencionado, um prédio de 1902, da cor do Mercado Público de Florianópolis. À venda encontrei brincos, broches, todos com a carinha do saci. Pulei de uma banca para a outra:

- Alguém viu o Ditão?
- Sim, na distribuidora ao lado do Correio. É onde o Ditão costuma ficar.

No caminho até lá, cruzando umas três ruas, os meus informantes me perguntavam:

- Encontrou?

• • • • •

Os homens conversavam em volta de uma mesa. Eu entrei esprevidada. Benedito Virgílio, o Ditão, estava lá, camisa listrada, chapéu gasto encobrendo as ruginhas em volta dos olhos. Meia hora depois, na beira do rio Paraitinga, o autor das "Estórias de uma perna só" relatava o encontro que teve com o saci, também contado no número 1 da série de livrinhos.

Foi num dia em que o pai saiu para cortar lenha e levou o filho. Já estavam na mata quando Ditão, então com uns seis anos, ouviu um barulho vindo dum pé-de-vento. Algo com um chiiii, folha seca sendo pisada. Era o saci. Esquecido do pai, entrou na floresta. Ao longo do caminho, pulando entre pés de angico, guarantã, cipó-cambira e caraguatã





Ditão Virgílio: "a natureza é encantada"

para provar frutos e mel, o saci levou o menino até um muxoco, árvore de raiz profunda que só nasce onde a terra está úmida. E próximo da mina d'água havia uma touça de taquaruçu, o espinhento bambu que é a casa do saci. *"Lá no meio da touça eu vi/ Mais de uns trinta sacis/ Pulando de lá pra cá/ Com um pedaço de pau/ Espantava os picapaus/ Que vinham o gomo picar/ Os gomos tinham um furinho/ De onde saíam uns sacizinhos/ Nos seus cachimbos a fumar/ Mal acaba de nascer/ Já sente este prazer/ Do pito não quer largar."*

Ao longo do trajeto, o saci deu uma lição ao menino: como encontrar água e alimento no meio da mata. Já diziam os personagens de Monteiro Lobato: o moleque de uma perna só já nasce sabendo tudo!

Assim como esta, outras histórias de Ditão fazem da natureza o cenário. Uma das mais conhecidas é "O Saci e o Eucalipto", crítica à monocultura introduzida nos anos 1970 e que faz um cinturão em volta da cidade: *"Esta planta suga a terra/ As nascentes estão secando/ Nossos rios caudalosos/ Devagar vão se acabando/ As fazendas destruídas/ Pelas máquinas vão tombando/ O caipira sem destino/ Pra cidade está mudando"*.

Nascido em São Luiz há mais de cinco décadas, Ditão ficou longe da cidade natal quando, aos 22 anos, foi morar em São José dos Campos para trabalhar na Embraer. Foi e rapidamente voltou. Hoje é apicultor, fabrica queijo e cuida de algumas cabeças de gado e de pés de fruta num sítio onde ainda existe floresta nativa. Mas é na cidade que ele vai "sacizar", conversar com os amigos

Para saber mais:

• **Veja Ditão Virgílio no endereço da P&N no YouTube:**

<http://br.youtube.com/PobresyNojentas>

• Leia o poema "O Saci e o Eucalipto" em:

<http://www.overmundo.com.br/blogs/cordel-do-saci-e-do-eucalipto>

• Sobre os significados do sertão:

Texto "Região, sertão, nação", de Janaína Amado, disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>

• Sobre o modo de vida caipira:

Texto "Na travessia da modernidade: imaginação poética e resistência na memória de caipiras em São Luiz do Paraitinga", de Bruno Simões Gonçalves, disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5439

Acervo: Biblioteca Pública SC → Hemeroteca Digital Catarinense

e alimentar a imaginação para as "Estórias de uma perna só". A série, iniciada em 2004, irá emplacar o número 30, e a meta é chegar ao 365, um livrinho para cada dia do ano. Haverá até o do saci e o ano bissexto.

Ditão crê nos seres da terra, das matas. "Eu acho que existem coisas diferentes que as pessoas não conseguem mais ver por causa da luz elétrica à noite, por estarem sempre em seus carros". A luz elétrica, marco da vida nas cidades, afugenta o saci. Desencanta a natureza do sertão.

O Carnaval de Marchinhas hoje é a principal festa de São Luiz, ultrapassando até a Festa do Divino, cuja referência mais antiga é do início do século 19. As festas, o casario histórico e a fama de "último reduto caipira do Estado do São Paulo" levam cada vez mais gente à cidade. O turismo é visto como alternativa de desenvolvimento e renda. Mas, na dissertação de mestrado defendida por João Rafael Cursino dos Santos, fica a pergunta: de que forma o turismo afetará o que é a própria razão da vinda do turista, a cultura popular, mesmo que já tão modificada com o passar do tempo?

A Sosaci nasceu daí, do desejo de valorizar a mitologia brasileira, a cultura popular, para se contrapor à invasão da cultura estrangeira. Agora, passados seis anos de sua criação, também atua em outra vertente, a lúdica. Quer reavivar nas crianças o gosto pelas brincadeiras de amarelinha, cabo-de-guerra, pião. "O nosso objetivo é incluir o estudo da mitologia brasileira na rede pública de ensino", diz o jornalista Jô Amado, que saiu da cidade grande para morar em São Luiz. Ele é um dos "saciólogos" (estudiosos do saci) que, naquela noite fria de julho de 2003, num boteco da rua Domingues de Castro, fundou a Sociedade.

O primeiro alvo da Sosaci foi o Halloween, o Dia das Bruxas, de tradição celta, comemorado nos Estados Unidos em 31 de outubro. A festa se espalhou Brasil a fora e, em escolas públicas e privadas, as crianças são estimuladas a participar da brincadeira. Como nos filmes estadunidenses, arrecadam doces nas casas com o mote "Doçuras ou Travessuras?". Mas em São Luiz a festa é batizada de Raloim Caipira. O prato de resistência é abóbora com carne seca.

Quando São Luiz fica para trás, o ônibus começa a descer os 52 quilômetros Serra do Mar abaixo até Ubatuba, no litoral. Um lugar dos meus mais secretos desejos, aquela mata tão pisada de história. Se o sertão é dentro da gente, como diz o Riobaldo de Guimarães Rosa em "Grande Sertão: Veredas", então o meu é aquele onde a escarpa da Serra do Mar ajoelha-se no Planalto Paulista. E o meu saci é o mesmo do Ditão, como ele diz: é mais um sentir do que um ver.





as delícias de
Su&Li

A menina que ama beringelas

Não é muito comum encontrar crianças pequenas que gostem de salada. Ainda mais raro é encontrar uma que a gente tenha que pedir para controlar a quantidade de verduras e frutas no prato, afinal, um pouco de carboidratos e proteínas são bem-vindos na alimentação dos pequeninos, principalmente de umazinha que tem pouco mais de 20 quilos.

Assim é a menina de grandes olhos verdes que, com oito anos de idade, afirma que o seu prato preferido é berinjela. Ela nasceu adorando tudo que é saudável e fazendo pouco caso das carnes. Mas, se a madrinha adora exibir essa menina dizendo para os amigos, com uma vozinha bem docinha que ama berinjela é porque aconteceu um fato raro pra mim: parar na frente da televisão. Naquele dia, passava um programa ensinando a preparar uma caponata de beringelas no forno. Um prato italiano que eu

já tinha visto pronto em vidros, no supermercado.

Eu também adoro beringelas e passei a ter menos medos de aventuras culinárias depois que vi meu marido inventar um peixe com molho de laranja maravilhoso e umas codorninhas recheadas com geléia de uva e lambe os beiços. Bem, mas voltemos às beringelas.

Não é que a receita deu certo! Ficam bem feinhas depois que saem do forno, mas o sabor é bom demais. Minhas filhas dizem que só gostam da minha e o marido diz que a gente não deve olhar muito antes de provar. O fato é que com essa receita básica você pode fazer depois patê, lasanha e até berinjela à parmegiana. Ela pode ser congelada sem qualquer prejuízo do sabor. Só uma advertência: avise antes aos comensais que o prato contém noz-moscada! Algumas pessoas têm reações maravilhosas demais a esse tempero...



Ilustração: Camilla Bion de Assis

Berinjela de forno

- 4 beringelas descascadas cortadas em fatias finas
- 3 cebolas grandes picadas
- 1 alho poró
- Alho em polpa ou picado e noz-moscada a gosto
- Azeite de oliva
- 2 maçãs picadas
- Sal a gosto
- 1 pimentão verde ou vermelho grande
- Tempero verde

Modo de preparo

Numa forma colocar primeiro uma camada com metade das beringelas, por cima dispor metade dos temperos do alho, azeite, sal e maçã. Repetir tudo na camada de cima. Levar ao forno sem tampar por uma hora e 30 minutos.

Essa receita básica pode ser servida sobre fatias de pão, pode ser passada no liquidificador e virar um patê ou ainda servir de base para a montagem de uma parmegiana com molho de tomate e queijo.

A Filósofa da Pedra

Por **Miriam Santini de Abreu, de Florianópolis**

Acontece sempre nas madrugadas em que o vento sul açoita de um modo um pouco mais ostensivo o musgo que cobre as veias da pedra. Então, liberta de seu silêncio absorto, a Filósofa da Pedra, sem bondade nem maldade, sopra inquietações que deslizam rua abaixo, depois rolam, entram em incontida refrega, até se atirarem ao mar. As ninfas que vigiam a entrada da pedra escrevinham garatuhas, tentando inutilmente eternizar, em tabuinhas de argila, os impropérios ou as

voluptuosas sílabas fundidas no discurso da Filósofa. Sobram fragmentos, muitos deles a serem reproduzidos, séculos depois, nesta *Pobres & Nojentas*, cujo espírito do Verbo vem dos tempos de Set. Quando a Filósofa da Pedra emerge da gruta, visível por apenas 50 milissegundos, envolta em negros cabelos, os olhos latejantes, é perfeitamente audível, sempre, apenas um estilhaço de suas breves palavras:

- Esperem. A grande onda virá...

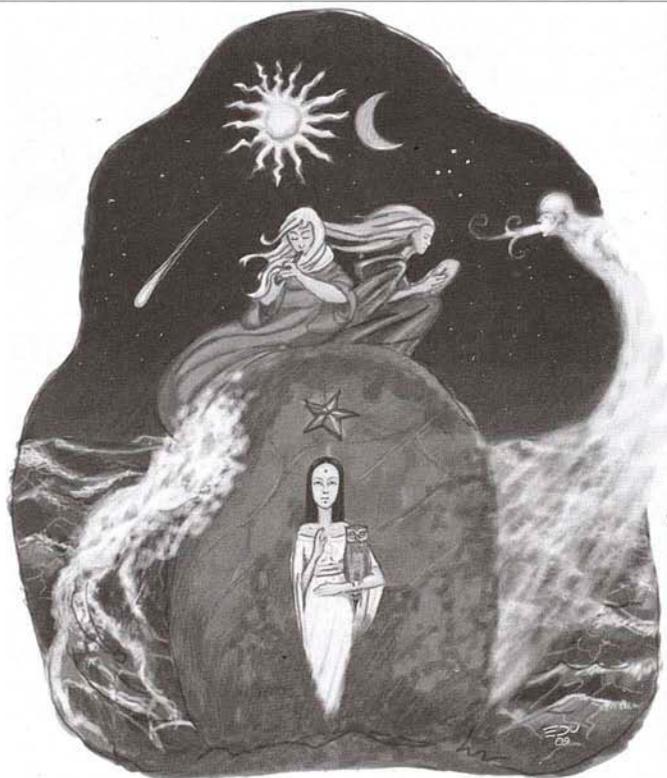


Ilustração: Eduardo Schmitz

Umás e outras

NOVOS TEMPOS. Nestes tempos de pós-modernidade, há uma explicação para o sucesso de certas nulidades: hoje em dia, mais vale uma ignorância atrevida do que uma inteligência recatada.

OLHANDO BEM. Mandato de deputado é deputação, mas tá mais pra "deputaria".

DUPLA FACE. Quem vê cara, às vezes, também vê cada coroa!

MERGULHOS. Há homens que vão fundo com uma garrafa de oxigênio. Para outros, basta uma garrafa de uísque!

BIG PUM. São tantos gases interestelares que, se existe Deus, ele não sofre de prisão de ventre.

PURA LÓGICA. Quando se diz que alguém tem um "lado" agradável é quase certo que a frente e as costas são horríveis!

PURA POESIA. De um cordelista nordestino: "Fazer poesia é tirar de onde não tem para colocar onde não cabe".

OSSOS DA VERDADE. Quem costuma falar pelos cotovelos, quando é para ouvir, dá de ombros.

DEU NA IMPRENSA. "Estado da Academia Americana de Pediatria informa que bebês que assistem TV até os dois anos não aceleram o aprendizado." E se continuarem a assistir depois dessa idade, principalmente na fase adul-

ta, vão acabar emburrecendo completamente.

AGORA, FALANDO SÉRIO. Tem um tipo de tráfico que, longe de ser punido, ainda rende uma boa grana para seus autores: é o tráfico de influência entre jornalistas, políticos e empresários. Tal como o tráfico de drogas, também causa sérios danos ao cérebro das pessoas, pois veicula informação manipulada, capaz de causar prejuízos, às vezes, até às gerações futuras. E o que é pior, este tipo de tráfico atinge toda a população, que se torna refém de acordos de bastidores, onde rola muita grana e favores entre poucos, em prejuízo de muitos.

Por **Celso Vicenzi, de Florianópolis**



Celso Vicenzi, jornalista, já foi presidente do Sindicato dos Jornalistas/

SC, Prêmio Esso de Jornalismo e atualmente assessora um sindicato e uma cooperativa de crédito.

Vem mulher

Por Rosângela Bion de Assis,
de Florianópolis

Foto: Marcela Cornelli

Vem mulher,
que é hora de cruzar a última fronteira
e levar nossa delicadeza e nossos rompantes
aos confins do poder.

Vem mulher,
deixa para depois a limpeza,
não deixa para amanhã o livro,
não deixa para depois o beijo.

Vem mulher,
que já somos tantas e já sonhamos muito.

Vamos caminhar pela floresta secreta
e ocupar os primeiros lugares.

Vem mulher,
que já treinamos o suficiente,
estudamos o necessário
e agora o mundo precisa da nossa doçura
e da nossa garra.

Vem mulher,
do escritório e do campo,
levanta a tua voz,
precisamos nos apresentar ao comando.

Mulheres

Juntas somos mulheres
Próximos estão nossos sonhos
Imensa/Densa a nossa alegria
Cantando a canção das mulheres.

E vamos e somos os seres
Com pressa de sermos felizes
Na força dos nossos olhares
Expressamos e somos mulheres.

Gritando com nossas vozes
Energias se misturam em hinos
São tantos os nossos nomes
Amando o amor das mulheres.

O que temos em nosso peito,
Que forças nos dão movimentos?
- A esperança que se faz ímpeto
Nas vidas juntas de tantas mulheres.

Na busca de um grande abraço
Aprendendo o sentido fraterno
Rompendo os últimos laços
Ser livre, ser luta,
Mulheres!!!

Celso Perotto



Alma caipira em
São Luiz do Paraitinga
na página 22

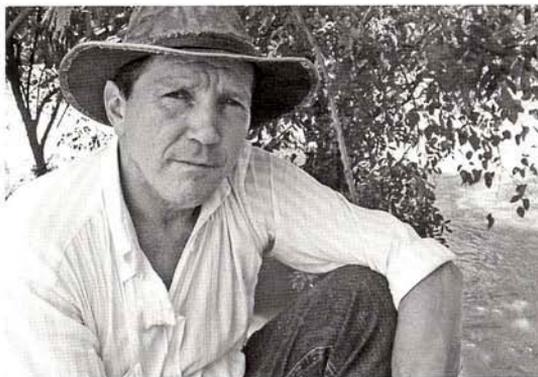
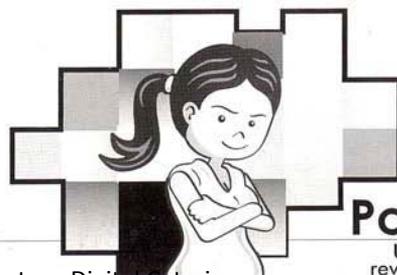


Foto: Miriam Santini de Abreu

Ditão Virgílio: um homem
sob o qual corre um rio

Exército verde se
arma na região
do Contestado
na página 16



Pobres

Uma
revista de
classe

Nojentas